MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2007

Fevereiro
2008

SUMÁRIO

1.0. Identificação....4
1.1. Dados identificadores da unidade jurisdicionada....5
1.2. Localização das unidades....6
1.3. Endereço das Delegacias de Polícia Rodoviária Federal....7
1.4. Atribuições das unidades....7
2.0. Responsabilidades institucionais....22
2.1. O papel da unidade na execução das políticas públicas....22
3.0. Estratégia de atuação....28
4.0. Gestão de Programas e ações....33
4.1. Programas....33
4.1.1. Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais....33
4.1.1.1. Dados gerais do programa....35
4.1.1.2. Principais ações do programa....35
4.1.1.3. Gestão das ações....36
4.1.1.3.1. Ação 2524 –Capacitação do Policial Rodoviário Federal.36
4.1.1.3.2. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação....37
4.1.1.3.2.1. Resultados da gestão de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos....37
4.1.1.3.3. Ação 2C78 – Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal....41
4.1.1.3.3.1.Resultados da ação....41
4.1.1.3.4. Ação 2816 – Serviço de Inteligência na Polícia Rodoviária Federal....43
4.1.1.3.4.1. Resultados da gestão de inteligência....44
4.1.1.3.5. Ação 4290 –Atividades de Saúde nas Rodovias Federais.46
4.1.1.3.5.1. Resultados da ação....46
4.1.1.3.6. Ação 4641 – Publicidade e Utilidade Pública....47
4.1.1.3.6.1. Resultados da ação....48
4.1.1.3.7. Ação 86A1 – Processamento, Remuneração dos Departamentos de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal....50
4.1.1.3.7.1. Resultados da ação....51
4.1.1.3.8. Ação 2B11- Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal....51
4.1.1.3.9. Ação 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais....52
4.1.1.3.10. Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais....53
4.1.1.3.10.1. Resultados de gestão das ações finalísticas....54
4.1.1.3.10.1.1. Relacionados à fiscalização e ao atendimento aos usuários....54
4.1.1.3.10.1.2. Relacionados ao combate à criminalidade....54
4.1.1.3.10.2. Resultados adversos....56
4.1.2. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal....59
4.1.2.1. Dados gerais....59
4.1.2.2. Principais ações....60
4.1.2.3. Gestão das ações....60

4.1.2.3.1. Ação 11MC – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal..60
4.1.2.3.1.1.Resultados da ação.....60
4.1.2.3.2. Ação 1821 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.....61
4.1.2.3.2.1.Resultados da ação.....61
4.1.2.3.3. Ação 1835 – Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação.....62
4.1.2.3.3.1.Resultados da ação.....62
4.1.2.3.4. Ação 7061 – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária.....64
4.1.2.3.4.1.Resultados da ação.....64
4.1.3. Programa 0750 – Apoio Operacional.....66
5.0. Desempenho.....70
5.1. Desempenho referente às ações finalísticas do Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais.....70
5.1.1. Análise crítica dos resultados alcançados.....70
5.1.1.1. Metas Físicas: Redução do número de acidentes e mortes em relação a 2006.....70
5.1.2. Taxas de variação de resultados de combate à criminalidade.....72
5.2. Desempenho referente às ações do Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal.....77
5.2.1. Análise Crítica.....77
5.2.1.1.Metas Físicas.....77
5.3. Desempenho referente às ações do Programa 0750 – Apoio Administrativo.....78
6.0. Previdência complementar patrocinada.....79
7.0. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal.....79
8.0. Operações de fundos.....79
9.0. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....80
Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais.....80
Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades.....81
Anexo C – Despesas com cartão de crédito.....82
Anexo D – Recomendações dos órgãos de controle.....84
Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no exercício.....88

1. IDENTIFICAÇÃO

A 18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal integra a estrutura orgânica do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e está localizada no Estado do Maranhão, com sede na cidade de São Luís.

A Unidade tem a responsabilidade de exercer sua atuação institucional em sete rodovias federais que passam pelo Estado do Maranhão, integrando uma malha viária com 3.403,1 quilômetros de extensão.

As competências e atribuições institucionais estão disciplinadas na Constituição Federal, Artigo 144, no Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/97, Artigo 20, no Decreto 1.655/95, e no Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375/2007, de 02 de agosto de 2007.

A estrutura orgânica é integrada por delegacias, seções e núcleos, que são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades administrativo-burocráticas e finalísticas relacionadas ao policiamento e à fiscalização de trânsito, estando assim discriminadas:

1. Gabinete do Superintendente

1.1. Núcleo de Apoio Técnico - NUAT

1.2. Núcleo de Comunicação Social - NUCOM

1.3. Núcleo de Inteligência - NUINT

1.4. Seção de Policiamento e Fiscalização - SPF

1.4.1. Núcleo de Operações Especiais - NOE

1.4.2. Núcleo de Multas e Penalidades - NMP

1.4.3. Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária - NURAM

1.5. Seção Administrativa e Financeira - SAF

1.5.1. Núcleo de Orçamento e Finanças - NUOFI

1.5.2. Núcleo de Patrimônio e Material - NUPAT

1.5.3. Núcleo de Documentação - NUDOC

1.5.4. Núcleo de Serviços Gerais - NUSEG

1.5.5. Núcleo de Telemática - NUTEL

1.6. Seção de Recursos Humanos - SRH

1.6.1. Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal - NUCAP

1.6.2. Núcleo de Administração de Pessoal - NUAP

1.7. Corregedoria Regional - CR

1.7.1. Núcleo de Assuntos Internos - NUAI

1.8. Delegacias de Polícia Rodoviária Federal – DelPRF

1.8.1. 1ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal

1.8.2. 2ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal

1.8.3. 3ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal

1.8.4. 4ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal

1.8.5. 5ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal

1.8.6. Núcleos de Policiamento e Fiscalização – NPF

1.1. Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – 18ª SRPRF/MA	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo Federal	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655/95, de 3 de outubro de 1995, pelo Regimento Interno, constante do anexo da Portaria nº 1.375/2007, de 2 de agosto de 2007, do Sr. Ministro de Estado da Justiça, publicada no D.O.U de 6 de agosto de 2007	
CNPJ	00.394.494./0119-28	
Nome e código no SIAFI	200124 – 18ª SPRF	
Código da UJ titular do relatório	200124	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Endereço completo da sede	BR 135, Km 01, nº 3737, Tiririca, São Luís-MA, CEP: 65.095-600 Telefone: 98-3244 5370	
Endereço da página institucional na *internet*	www.dprf.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em pleno funcionamento	
Função de governo predominante	Segurança Pública	
Tipo de atividade	Segurança Pública - Policiamento e Fiscalização de Trânsito	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	**Nome**	**Código**
	18ª SPRF	200124

1.2. Localização das unidades

As seções e os núcleos funcionam na sede da Superintendência e as delegacias estão localizadas nas cidades de São Luís, Santa Inês, Caxias, Imperatriz e Balsas. Em cada delegacia funciona um núcleo de policiamento e fiscalização. A estrutura operacional é complementada com 12 postos vinculados às Delegacias.

DELEGACIAS		**POSTOS**			
Código	**Sede**	**Código**	**BR**	**Km**	**Local**
1ª	São Luís	18.1.1	135	14	São Luís
		18.1.2	135	85	São Francisco
		18.1.3	222	158	Vargem Grande
2ª	Santa Inês	18.2.1	316	160	Araguanã
		18.2.2	316	260	Santa Inês
		18.2.3	316	356	Bacabal
3ª	Caxias	18.3.1	316	422	Peritoró
		18.3.2	316	542	Caxias
4ª	Imperatriz	18.4.1	010	120	Porto Franco
		18.4.2	010	230	Imperatriz
		18.4.3	222	677	Açailândia
5ª	Balsas	18.5.1	230	002	Barão de Grajaú
		18.5.2	230	402	Balsas

1.3. Endereço das Delegacias de Polícia Rodoviária Federal

Unidade	Endereço
1ª Delegacia	BR 135, Km 14, Povoado Pedrinhas, São Luís/MA
2ª Delegacia	BR 316, Km 258, Bairro São Cristóvão, Santa Inês/MA
3ª Delegacia	Avenida General Sampaio, 1443, Morro do Alecrim, Caxias/MA
4ª Delegacia	BR 010, Km 250, Bairro Cacau, Imperatriz/MA
5ª Delegacia	BR 230, Km 402, Avenida José Sarney, s/n, Bairro Potozy, Balsas/MA

1.4. Atribuições das unidades

Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições:

I - Executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - Conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos e décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;

III - Emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;

IV - Lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

V - Conceder remoção, ex-ofício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;

VI - Aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;

VII - Aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;

VIII - Autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;

IX - Autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria e nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;

X - Encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências;

XI - Zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Núcleo de Apoio Técnico:

I - Promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;

II - Prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos;

III - Prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência;

IV - Elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente;

V - Prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado;

VI - Reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência;

VII - Providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como, a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.

Núcleo de Comunicação Social:

I - Orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;

II - Promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência;

III - Providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional;

IV - Apurar, editar, redigir e difundir matérias de interesse da Superintendência;

V - Programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência;

VI - Promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como, manter cadastro atualizado de autoridades.

Núcleo de Inteligência:

I - Seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;

II - Assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência;

III - Apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência;

IV - Planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência;

V - Produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência;

VI - Intensificar a produção de conhecimentos para a atividade-fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência;

VII - Cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos;

VIII - Identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência;

IX - Planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como, nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência;

X - Solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da Superintendência;

XI - Manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação;

XII - Manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência;

XIII - Receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como, controlar o trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área;

XIV - Propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do Superintendente;

XV - Elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.

Seção de Policiamento e Fiscalização:

I - Programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;

II - Coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência;

III - Coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta;

IV - Orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas;

V - Organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como, o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados;

VI - Programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes;

VII - Realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.

Núcleo de Operações Especiais:

I - Orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;

II - Estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes à abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento;

III - Executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência;

IV - Apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico;

V - Executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais;

VI - Executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução;

VII - Pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como, organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais;

VIII - Coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.

Núcleo de Multas e Penalidades:

I - Orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

II - Organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;

III - Organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;

IV - Acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;

V - Controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos, extraviados ou danificados;

VI - Controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;

VII - Elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como, manter registros de débitos existentes;

VIII - Preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas,

IX - Coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária:

I - Planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam:

a) atendimento pré-hospitalar e resgate;

b) transporte inter-hospitalar;

c) transporte de órgãos;

d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional;

e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;

f) comandos de saúde preventivos para o trânsito;

g) atividades de medicina do tráfego;

h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito;

i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.

II - Realizar ou acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

III - Propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

IV - Representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Devesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso I;

V - Orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;

VI - Propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;

VII - Manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;

VIII - Preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;

IX - Orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como, realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;

X - Colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;

XI - Promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como, controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários destinados a boletins de ocorrências;

XII - Realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como, orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.

Seção Administrativa e Financeira:

I - Programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

II - Elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência;

III - Orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como, os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;

IV - Coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente;

V - Comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência;

VI - Indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais e serviços no âmbito da Unidade Regional;

VII - Prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação;

VIII - Supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência;

IX - Organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório;

X - Promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional;

XI - Desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.

Núcleo de Orçamento e Finanças:

I - Programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;

II - Elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;

III - Controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas;

IV - Informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;

V - Controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;

VI - Controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;

VII - Receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;

VIII - Analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;

IX - Proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;

X - Analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;

XI - Emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;

XII - Manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários;

XIII - Manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.

Núcleo de Patrimônio e Material:

I - Orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;

II - Efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis;

III - Receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis;

IV - Propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irrecuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens;

V - Promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência;

VI - Examinar os processos de alienação, bem como, orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações;

VII - Manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade;

VIII - Examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como, efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo;

IX - Manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como, indicar membros para compor comissão especial para efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos;

X - Atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência;

XI - Manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio;

XII - Manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.

Núcleo de Documentação:

I - Controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;

II - Receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências;

III - Manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo;

IV - Manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;

V - Controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes;

VI - Promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência;

VII - Implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória;

VIII - Normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.

Núcleo de Serviços Gerais:

I - Encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;

II - Elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como, manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços;

III - Processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente;

IV - Instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores;

V - Acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional;

VI - Promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como, controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;

VII - Promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos;

VIII - Promover o gerenciamento da frota de veículos;

IX - Elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;

X - Informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem como, sobre movimentações para estes fins;

XI - Repassar periodicamente ao Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais as informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.

Núcleo de Telemática:

I - Planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação Geral de Planejamento e Modernização;

II - Desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;

III - Treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência;

IV - Pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como, sua implantação e operação;

V - Promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação;

VI - Dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.

Seção de Recursos Humanos:

I - Programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e

II - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde:

a) concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

c) Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável - PROSSERV;

d) apoio de saúde institucional;

e) higiene e saúde no trabalho;

f) perícias;

g) doenças do trabalho;

h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;

i) medicina do trabalho;

j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;

l) juntas médicas regionais.

III - Prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;

IV - Auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

V - Realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

VI - Realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

VII - Propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas;

VIII - Representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II.

Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal:

I - Orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como, manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;

II - Auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios;

III - Realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;

IV - Analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;

V - Planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;

VI - Instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;

VII - Executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da GDATA;

VIII - Pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como, elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência;

IX - Instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações jurídico-legais necessárias à defesa da União;

X - Adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Núcleo de Administração de Pessoal:

I - Pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como, propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;

II - Auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;

III - Orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;

IV - Cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

V - Controlar e registrar a freqüência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;

VI - Prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;

VII - Adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;

VIII - Controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;

IX - Controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;

X - Instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-ofício, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;

XI - Analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;

XII - Promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;

XIII - Fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;

XIV - Acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;

XV - Calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;

XVI - Elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;

XVII - Adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;

XVIII - Planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde:

a) acompanhamento da concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável - PROSSERV;

d) apoio de saúde institucional;

e) higiene e saúde no trabalho;

f) perícias de saúde;

g) doenças do trabalho;

h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;

i) atividades de medicina do trabalho;

j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;

l) Junta médica nacional;

m) juntas médicas regionais;

n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

p) auxilar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde;

q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde;

r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV;

XIX - Adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Corregedoria Regional:

I - Planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correcionais do Departamento, bem como, cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - Proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

III - Acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;

IV - Elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

V - Receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

VI - Elaborar e manter atualizado os relatórios da área correicional da Unidade Regional;

VII - Organizar e manter atualizado cadastro de informações correcionais de servidores da Superintendência;

VIII - Manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

IX - Orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

X - Elaborar estatísticas de interesse da área correcional e relatórios de gestão;

XI - Prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correicionais;

XII - Promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;

XIII - Auxiliar na gestão do orçamento correcional;

XIV - Elaborar minutas de portarias e informações pertinentes;

XV - Elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Núcleo de Assuntos Internos:

I - Auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;

II - Executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

III - Promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;

IV - Receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;

V - Fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo;

VI - Operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Delegacias de Polícia Rodoviária Federal:

I - Executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;

II - Controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas;

III - Controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia;

IV - Zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como, realizar comandos especiais e de rotina;

V - Adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes;

VI - Zelar pela observância das disposições legais e regulamentares quanto ao alinhamento, recuo e gabarito das construções às margens das rodovias e estradas federais ou de obras e instalações que possam interferir na segurança do trânsito;

VII - Adotar medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais;

VIII - Controlar e executar os serviços referentes às áreas administrativas, de pessoal, de protocolo e arquivo, zeladoria, material e patrimônio;

IX - Baixar atos normativos relativos à regulamentação de atividades, em sua área de circunscrição, após devidamente autorizado pelo Superintendente ou Chefe de Distrito;

X - Zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Núcleos de Policiamento e Fiscalização:

Controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como, outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1. O Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Polícia Rodoviária Federal integra o Sistema Nacional de Segurança Pública e cumpre a missão de proteger vidas. Para o alcance do objetivo institucional realiza ações de prevenção de acidentes, através do policiamento rodoviário e da fiscalização de trânsito, atendimento a usuários das rodovias e prevenção e combate à criminalidade.

A área territorial de atuação e a atividade precípua estão dispostas na Constituição Federal, Artigo 144, § 2º, destinando à instituição, como órgão permanente e estruturado em carreira, o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, através do desempenho das atribuições disciplinadas no Decreto 1.655/95, na Lei nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro – e no Regimento Interno, aprovado mediante a Portaria Ministerial nº 1.375/2007-MJ, assim discriminadas:

I – Executar operações relacionadas com a Segurança Pública, objetivando preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - Exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como, efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - Aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - Executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - Realizar perícias, levantamentos de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - Credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - Assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como, zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VII - Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

IX - Implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito, promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito;

X - Integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da federação;

XI - Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66 do CTB, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

XII – Alienar veículos recolhidos e não reclamados, na forma da legislação em vigor;

XIII - Realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

XIV - Manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e à implementação de ações integradas de segurança pública;

XV - Executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como, desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

XVI - Promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como, demais atividades de ensino, na área de competência institucional;

XVII - Credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis, e de produtos perigosos;

XVIII - Planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente.

XIX - Efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei n° 8.069, de 13 junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XX - Colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis;

XXI - Elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, disciplinando o seu preenchimento a ser aprovado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de quaisquer programas nacionais, pois representam o elo de integração nacional. A Polícia Rodoviária Federal, pela sua capilaridade, estando presente em todo o país, é o contato direto e identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vitimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar assistência e orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda a necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito nacional somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização da população. Nesse aspecto, verifica-se que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa do crescimento da malha viária a ser patrulhada, do acréscimo dos veículos em circulação, do acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, do crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, do alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso país pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como, do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Instituição.

Atualmente, verifica-se a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto, é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente, também, que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A Situação-Problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o país e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra pelas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais, ocorrendo no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a conseqüência

já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vítima desses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto, é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado, possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado, a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando a população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como, os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil que se concentra às margens das rodovias, o tráfico de pessoas e o transporte de materiais irregulares e falsificados. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, assim como, a necessidade da presença ostensiva do Estado que se faz representar pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado, verifica-se outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório

atendimento da grave situação de segurança pública, pois é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação em mais de 3.500 municípios em todo o Brasil, possuindo serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

O desempenho da grande amplitude de atribuições que representa os compromissos para com a Segurança Pública e a valorização da vida caracterizam a Polícia Rodoviária Federal como uma instituição qualificada para executar múltiplas políticas de ações sociais, decorrentes de demandas de setores da Administração Pública e da própria sociedade brasileira.

Embora as atribuições estejam plenamente definidas nos diplomas legais e em atos administrativos, à instituição é determinado o cumprimento de missões especiais em locais diversos de sua área de atuação. São comuns as operações em reservas florestais e indígenas para o combate de crimes relacionados à retirada ilegal de produtos do meio ambiente e para garantir a posse e a demarcação de terras; libertação de trabalhadores em condição de trabalho análogo ao escravo em fazendas e empreendimentos agropecuários, e ações das mais diversificadas relativas à proteção e à garantia dos direitos sociais.

A representatividade como órgão de Segurança Pública e promotora de direitos humanos induz a instituição a acompanhar o processo evolutivo oriundo das necessidades sociais, que em grande número requerem atitudes governamentais através da integração do aparato estatal, redundando em ações enérgicas e eficazes no combate à violência em todos os níveis e modalidades, orientadas pelo planejamento e modernização policial.

O interesse de outras instituições em associar-se à Polícia Rodoviária Federal evidencia-se pelas inúmeras operações integradas com organismos policiais e órgãos relacionados à proteção do meio ambiente natural e à defesa de direitos sociais, destacando-se, a Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Agência de Defesa Agropecuária, Procuradoria Geral de Justiça, que resultaram em benefícios inestimáveis à sociedade brasileira.

O êxito das parcerias está retratado no grande volume de produtos florestais apreendidos por estarem sendo manejados e transportados de forma irregular, destacando-se a madeira nativa das reservas florestais, biológicas e indígenas; a destruição de milhares de pés de maconha e apreensão da droga em estado prensado, a apreensão de cocaína e variados tipos de drogas; a libertação de vários trabalhadores em situação análoga à escravidão; a diminuição significativa do número de assaltos a ônibus em relação a exercícios anteriores, a apreensão de produtos contrabandeados; as operações visando à prevenção de acidentes e mortes, e a prisão de centenas de pessoas pela prática de delitos previstos no Código Penal Brasileiro.

Outro aspecto a enfatizar está relacionado à assistência social prestada às comunidades carentes lindeiras aos postos de fiscalização e ao longo das rodovias, exprimindo a importância e o caráter social da instituição.

A gestão da Unidade foi orientada a partir do planejamento macro, concebido para o desenvolvimento dos programas: Segurança Pública nas Rodovias Federais, Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e Apoio Administrativo, estabelecidos no Plano Prurianual 2004-2007 do Governo Federal. Ressalta-se que todos os gestores dos programas e gerentes das ações são servidores ocupantes de cargos comissionados no Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com sede na cidade de Brasília/DF.

3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A Administração Regional da Instituição concebeu como objetivos proritários a organização administrativo-burocrática representada pela área meio, como forma de projetar reflexos na área finalística para alcançar resultados que viessem cumprir os objetivos e metas do programa Segurança Pública nas Rodovias Federais.

Para essa finalidade realizou reforma na estrutura predial, adicionando e colocando mais nove salas em condições adequadas de funcionamento para abrigar a Seção de Recursos Humanos juntamente com seus núcleos e serviço de Assisntência Social, a Corregedoria Regional com o Núcleo de Assuntos Internos e salas destinadas a comissões disciplinares, o Núcleo de Telemática com oficina de informática e telecomunicações e sala para o Centro de Processamento de Dados. A reforma contemplou a instalação de uma ampla sala para funcionar como anexo do Núcleo de Patrimônio e Material e de um auditório com capacidade para 150 pessoas, onde serão realizados encontros, reuniões, seminários, treinamentos e projetos de educação para o trânsito. Espera-se recursos destinados à compra de mobília e equipamentos para início de funcionamento.

Com a reforma, houve uma nova distribuição espacial das unidades, estando todas instaladas em condições físicas adequadas, restando apenas uma melhor apropriação quanto à logística de equipamentos de informática e mobília.

As medidas não se resumiram somente no plano de estrutura física, sendo necessário que fossem feitas substituições de componentes de equipes das unidades e de ocupantes de funções gratificadas, em todos os níveis, como chefes de seções, delegacias e núcleos, havendo aumento da capacidade numérica e operacional das unidades como garantia de melhor organização administrativa para o atendimento das demandas e consecução dos objetivos. Destaca-se a participação de todos os chefes de seções e núcleos de assessoramento do Gabinete do Superintendente em encontros nacionais para treinamento e capacitação, o que resultou em benefícios extraordinários para a gestão das áreas específicas.

Com as providências, houve um aumento signiticativo na qualidade do serviço e diminuição acentuada das demandas não atendidas em todas as áreas, notadamente nas relacionadas à Administração e Finaças, Recuros Humanos e Corregedoria. Uma das medidas de destaque foi a implementação do Plano de Segurança Orgânica, sob a responsabilidade do Núcleo de Inteligência. O desempenho de atividades complementares foi realizado por quadros de pessoal não pertencente à instituição, mantidos mediante convênios e contratos com as empresas LIMAN, para a limpeza e conservação de todas as unidades na capital e no interior, CLASI, para a sergurança patrimonial em amplitude estadual, CIEE, para dar oportunidade a estagiários de nível médio e superior desenvolverem habilidades, GARRAUTO, para manutenção das viaturas da sede da Superintedência e das delagacias de São Luís, Santa Inês e Caxias e MOTORDIESEL, para manutenção de viaturas das delegacias de Imperatriz e Balsas.

Outros contratos e convênios foram mantidos para garantir o funcionamento eficiente da Unidade, relacionados ao fornecimento de energia elétrica, água, telefonia fixa e móvel celular, comunicação de dados para permitir o acesso de todas as unidades à rede de informática do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, serviço de postagem de correspondências e transporte de malotes e convênios com o Ministério Público Estadual para fins de combate a crimes, prefeituras municipais para recolhimentos de animais soltos nas rodovias, Agência de Defesa Agropecuária Estadual para apoio nas ações de controle de

produtos agropecuários e Superintendência Regional do Trabalho e Emprego para combate ao trabalho análago ao escravo e outras formas degradantes de servidão.

Quanto à atividade finalística, foi adotado o objetivo de evidenciar o fator presença como forma de refletir segurança e tranquilidade aos usuários das rodovias, buscando-se a diminuição do número de acidentes e a conseqüente redução das vítimas feridas e mortas, assim como, prevenir e combater as ações delituosas em todos os níveis.

O alcance do objetivo encontrou o primeiro óbice na extensa malha viária sob a responsabilidade da Unidade, composta por sete rodovias e 3.403,1 quilômetros, sendo a sexta a nível nacional e a segunda na Região Nordeste, associado à estrutura operacional integrada por 12 bases operacionais, que não são suficientes para o atendimento das demandas oriundas das atribuições institucionais e dos crescentes incrementos dos problemas no trânsito e da criminalidade. Rodovias como a BR 226 e a BR 402 não possuem bases operacionais da Polícia Rodoviária Federal. Outras rodovias apresentam extensos trechos desprovidos de policiamento e fiscalização por falta de unidades.

Dentre os impedimentos à plena amplitude das atividades finalísticas o mais severo refere-se à deficiência de recursos humanos, pois a Unidade dispõe somente de 275 Policiais Rodoviários Federais para o desempenho de todas as atribuições, sejam elas relacionadas às ações de fomento aos setores administrativo-burocráticos ou à atuação voltada propriamente para a Segurança Pública.

O quadro ativo de policiais destinados às atividades operacionais ainda sofre fragmentação, pois é dividido para atender à formação de quatro equipes que trabalham em escala de revezamento. As equipes dos postos são formadas atualmente, em sua grande maioria, por dois ou três policias.

O demonstrativo de recursos humanos evidencia com propriedade a deficiência acima referida:

Unidade	**Policiais**	**Circunscrição - Km**
Sede	46	-
Del. 18/1	66	558,6
Del. 18/2	49	586,6
Del. 18/3	41	744,9
Del. 18/4	52	856,1
Del. 18/5	21	656,9
Total	275	**3.403,1**

O quadro revela uma grande extensão rodoviária em todas as unidades e uma desproporcionalidade em relação ao quadro funcional ativo, resultando na ausência institucional efetiva em, aproximadamente, 50% da malha em que lhe cabe exercer a função de polícia ostensiva. A solução encontrada, mas de efeito periódico, foi a realização de operações entre as delegacias no limite de suas circunscrições rodoviárias, principalmente no período noturno para fazer frente às ações delituosas, cujo efeito refletiu-se em toda a malha viária, devido às equipes terem que percorrer extensos trechos para chegar aos locais de interação e atuação. Outro aspecto que contribuiu de maneira significativa para a amplitude das ações foram as operações integradas com as demais forças policiais, concebidas pelo Conselho de Segurança Pública do Meio Norte – COMEN, ou por iniciativa própria dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública no Estado do Maranhão.

A Unidade não se acomodou em estado de inércia diante das deficiências estruturais e recorreu ao nível hierárquico superior apresentando um relatório institucional com levantamento demonstrando a necessidade de incrementar o número de unidades, o efetivo policial e a logística, notadamente relacionada a viaturas, para que pudesse exercer a sua presença em todos os segmentos rodoviários sob a sua responsabilidade, que se apresentam ampliados, devido à inclusão de trechos não contemplados na portaria que definiu a circunscrição da Superintendência.

DEMANDA POR UNIDADES							
SITUAÇÃO ATUAL				**SITUAÇÃO REQUERIDA**			
				Unidades	**Local**	**N Postos**	**Cir. Km**
Unidades	**Local**	**Nº Postos**	**Cir. Km**	Del 18/1	São Luís	04	567,5
				Del 18/2	Santa Inês	04	552,0
Del 18/1	São Luís	03	558,6	Del 18/3	Caxias	03	419,0
Del 18/2	Santa Inês	03	586,6	Del 18/4	P. Dutra	03	481,2
Del 18/3	Caxias	02	744,9	Del 18/5	Açailândia	02	338,7
Del 18/4	Imperatriz	03	856,1	Del 18/6	Imperatriz	03	483,8
Del 18/5	Balsas	02	656,9	Del 18/7	Balsas	03	571,5
Total	**05**	**13**	**3.403,1**	**Total**	**07**	**22**	**3.413,7**

Como demonstrado, verifica-se a necessidade de criação de mais duas delegacias e instalação de nove postos, assim como, evidencia-se a exigência de relocar alguns postos para melhorar a distribuição espacial e a consequênte eficiência operacional.

Quanto a recursos humanos e viaturas existe a necessidade de aumentar a capacidade operativa com a ampliação do quadro funcional em 320 policiais e 50 viaturas, consoante demonstra-se em quadro de demandas abaixo.

DEMANDA DE RECURSOS HUMANOS E VIATURAS							
SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO REQUERIDA			
				Unidades	Local	Nº PRF	Nº VTR
Unidades	Local	Nº PRF	Nº VTR	Del 18/1	São Luís	91	12
				Del 18/2	Santa Inês	91	12
Del 18/1	São Luís	66	05	Del 18/3	Caxias	65	09
Del 18/2	Santa Inês	49	05	Del 18/4	P. Dutra	74	10
Del 18/3	Caxias	41	05	Del 18/5	Açailândia	48	07
Del 18/4	Imperatriz	52	05	Del 18/6	Imperatriz	74	10
Del 18/5	Balsas	21	03	Del 18/7	Balsas	83	11
SEDE	São Luís	46	04	SEDE	São Luís	69	06
Total		**275**	**27**	**Total**		**595**	**77**

Em algumas situações de relevância, como interdição de rodovias, acidentes graves, nas operações de feriados nacionais e nas operações integradas com outros órgãos para a prevenção e combate à criminalidade, recorreu-se à designação de policiais para atuar em unidades diversas de suas lotações, visando ao reforço de policiamento e para garantir que a representatividade institucional estivesse à altura de sua importância.

As providências delineadas foram de fundamental importância para garantir o sucesso das ações, com destaque para as operações realizadas em parceria com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, denominadas de Força e Soberania, Entorno e Rebio Gurupi II, que resultaram em milhares de metros cúbicos de madeira apreendidos e milhares de pés de maconha destruídos, em inestimáveis benefícios ao patrimônio ambiental do país e à sociedade brasileira.

O custeio de gastos com atividades administrativo-burocráticas e finalísticas foram provenientes de recursos transferidos pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, sendo insuficientes para a reforma e ampliação da estrutura física das unidades, mobília, equipamentos de informática, equipamentos de fiscalização e sinalização de trânsito, não sendo disponibilizados recursos para a construção de novas unidades.

Quanto à concessão de diárias, deve-se levar em consideração que a atividade institucional é ininterrupta e por muitas vezes revestida de caráter emergencial, portanto, não pode ficar condicionada a início de viagens em dias úteis, motivo pelo qual, por várias vezes foram concedidas para iniciar em fins de semana ou feriados, em atendimento à supremacia do interesse público. Situações semelhantes foram observadas em relação a diárias administrativas, tendo em vista a necessidade de adequar a atividade a ser desenvolvidada com as escalas de serviço e para atender convocações emanadas do Departamento de Polícia

Rodoviária Federal para eventos a serem iniciados no primeiro dia útil da semana ou depois de feriados, como ações de capacitação e inteligência, encontros e reuniões.

4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1. Programas

A Polícia Rodoviária Federal cumpriu a missão de executar três programas abrangidos no Plano Plurianual 2004-2007, dentre os quais, um se destaca como tradutor da razão de existência institucional, denominado de Segurança Pública nas Rodovias Federais, concebido para o alcance do objetivo de aumentar a segurança em sua área territorial de atuação através da repressão de ações delituosas e redução de acidentes. Acrescente-se que quanto aos crimes, a Instituição adotou também uma postura de caráter preventivo, evidenciado pelo fator presença nos locais mais propícios a práticas criminosas, ao mesmo tempo em que agiu através do serviço de inteligência para subsidiar o trabalho ostensivo. Quanto à atuação para reduzir índices de acidentes, ressalta-se a intervenção nos trechos e pontos críticos, a fiscalização de velocidade e os Comandos de Saúde, destinados aos motoristas profissionais, com oportunidade de verificação dos parâmetros de saúde.

Outro programa de fundamental importância para viabilizar o desempenho eficiente das atividades finalísticas foi o denominado Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal, com o objetivo de prover o órgão de instalações físicas adequadas e logística material visando possibilitar a execução de tarefas operacionais destinadas à segurança pública. Apesar de não serem disponibilizados à Superintendência os recursos necessários para a reforma, ampliação e construção de novas unidades, houve transferências de bens patrimoniais, como viaturas, e de recursos para custear despesas para manutenção dos sistemas de tecnologia da informação.

No desenvolvimento de todas as ações programáticas a capacitação foi destaque e de fundamental importância na aquisição e difusão de conhecimentos nas mais diversificadas formas de atuação institucional, redundando em eficiência e eficácia operacional, além da valorização dos servidores como fonte propulsora motivacional.

4.1.1. Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais

É o programa de maior importância e visibilidade, pois reflete todo o empenho da Instituição em garantir que o cidadão se sinta seguro quando utilizando as rodovias e estradas federais do país. As ações estão relacionadas à segurança no trânsito e ao combate a todas as formas de atuação delituosa, tendo como suporte o serviço de inteligência para subsidiar as atividades operacionais. Outros aspectos relevantes a considerar no programa referem-se à assistência aos usuários das rodovias quanto ao atendimento a acidentes e nas mais diversificadas demandas, oriundas de quebras de veículos, seja pelo desgaste de peças, seja por problemas decorrentes de defeitos nas vias. É importante ressaltar que por várias vezes a Instituição teve que atuar quando as rodovias foram interditadas por populares, grupos

organizados e comunidades indígenas, que se utilizaram desse meio para protestar e reinvindicar direitos. Em todos os casos a negociação prevaleceu como ferramenta para desobstruir as vias e assim garantir a fluidez normal do trânsito.

O programa foi executado diariamente, de forma contínua e sem interrupções, através das ações de policiamento rodoviário, planejadas mediante o Cartão-Programa elaborado pelas Delegacias que contemplaram as rondas em unidades móveis, os comandos e as operações.

Ressalta-se que ações do programa não alcançaram efetivamente a amplitude total da malha rodoviária sob a responsabilidade da 18ª Superintendência, tendo com principais óbices sua grande extensão em quilômetros e a reduzida quantidade de policiais, associadas ao número insuficiente de unidades operacionais fixas, representadas pelos postos de fiscalização.

Mereceram atenção e disponibilidade orçamentária para custeio de despesas com diárias as ações denominadas Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais e Operações Especiais de Combate ao Crime nas Rodovias e Estradas Federais, que traduzem todas as atividades precípuas da Instituição e serão tratadas com destaque, pois envolvem a fiscalização e o policiamento de trânsito, com foco na redução de acidentes, e as ações relacionadas à repressão aos delitos.

As ações preventivas de policiamento e a implantação de infra-estrutura e de sistemas vitais de suporte de Segurança Pública relativas aos Jogos Pan Americanos, realizados no Estado do Rio de Janeiro, apesar de estarem sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, foram as de maior contemplação em volume de recursos para custeio de diárias operacionais, no montante de R$ 97.001,88 (Noventa e sete mil, um real e oitenta e oito centavos), o que é compreensível e justificável, considerando o cenário territorial, a importância do evento de nível internacional, a necessidade de garantir a segurança das delegacões de atletas, das autoridades, da própria população local, dos visitantes e de todas as pessoas que trabalharam durante a realização dos jogos, o que resultou na maior operação realizada pela Polícia Rodoviária Federal em toda a sua existência.

As ações de fiscalização de transporte coletivo interestadual de passageiros, nas modalidades regular e eventual ou turístico, assim como, a fiscalização do transporte de veículos de carga, foram em parte desenvolvidas com recursos provenientes do Departamento de Polícia Rodoviária Federal para custeio de despesas com diárias, mediante transferências emanadas do convênio celebrado com o Ministério dos Transportes, através da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Outras ações que não receberam recursos específicos estiveram inseridas no cotidiano da realização das atividades finalísticas, destacando-se a Eliminação de Pontos Críticos, relacionados aos locais de maior incidência de acidentes levantados pelas estatísticas de trânsito no Sistema BR Brasil, Controle de Velocidade na Malha Rodoviária Federal e Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica na Malha Rodoviária Federal, realizadas pelos radares portáteis e fotográficos nos pontos de maior incidência de acidentes; Atividades de Saúde nas Rodovias Federais, representradas pelos Comandos de Saúde Preventivos; Julgamento de Recursos Administrativos e Multas de Trânsito.

4.1.1.1. Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez de Souza Simões
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

Serão apresentadas as de maior impacto nas atividades finalísticas e responsáveis pelos resultados que expressam o desempenho da Unidade para o alcance dos objetivos institucionais.

4.1.1.3. Gestão das ações

4.1.1.3.1. Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos às atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os às atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos Policiais Rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do Policial Rodoviário Federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655/95, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando, desta forma, a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Neemias Gonçalves de Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local	Eduardo José Mendonça Lima

4.1.1.3.2. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	Neemias Gonçalves de Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local	Eduardo José Mendonça Lima

4.1.1.3.1.1. Resultados da gestão de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos

As ações vinculadas ao treinamento e desenvolvimento de servidores visando à capacitação para o desempenho eficiente das atribuições funcionais estiveram durante todo o exercício dependentes de decisões da Coordenação de Ensino, unidade integrante da estrutura regimental da Coordenação Geral de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, que tem a responsabilidade de elaborar o planejamento macro institucional e aprovar as propostas das unidades desconcentradas, representadas pelas Superintendências Regionais e Distritos Regionais, liberando os rescursos necessários para custeio de despesas com diárias e passagens aéreas.

Os recursos transferidos à Superintendência para a execução do planejamento regional totalizaram R$ 6.122,82 (Seis mil, cento e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos), destinados somente para pagamento de diárias. Ressalte-se que os valores foram insuficientes para cumprir a meta regional, não sendo possível realizar cursos importantes, como o de formação de motociclistas batedores. Ao final do exercício a Superintedência contabilizou oito eventos de capacitação.

O curso de maior destaque que integrou a grade regional foi o Projeto Oficinas, destinado a treinar e capacitar agentes públicos para atuar no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e no tráfico de pessoas para fins de submissão ao trabalho

análogo ao escravo, cumprindo metas de programas governamentais. Foram realizadas cinco oficinas e atingiram todas as unidades operacionais da Instituição no Estado, com a participação de 80 servidores Policiais Rodoviários Federais, 01 administrativo e 113 agentes públicos, representados por servidores de órgãos de Segurança Pública, Ministério Público, Justiça Estadual, Conselhos Tutelares e Organizações Não Governamentais. A equipe de instrutores foi formada por integrantes do quadro funcional ativo da Instituição, da Justiça Estadual, do Ministério Público Estadual e da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

O curso de Atendimento Pré-Hospitalar, destinado a Policiais Rodoviários Federais para a concepção de técnicas visando ao atendimento a vítimas de acidentes foi realizado com a participação de 31 Policiais Rodoviários Federais e 16 integrantes de outras instituições. O instrutor pertence à Superintendência de Polícia Federal no Estado do Maranhão.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal foi responsável pela realização de 14 eventos que tiveram a participação de servidores da 18ª Superintendência em todas as áreas de atuação institucional. Administração em geral, Orçamento e Finanças, Corregedoria, Recursos Humanos, Direitos Humanos, Inteligência Policial, Apoio Técnico Jurídico, Comunicação Social, Técnicas Policias, Policiamento e Fiscalização de Trânsito e Operações Especiais de Combate a Crimes estiveram na grade curricular de eventos de capacitação oferecidos aos servidores.

O volume total de recursos que envolveram os servidores da Superintendência nos programas de treinamento e desenvolvimento foi de R$ 47.524,09, sendo R$ 38. 356,31 destinados ao custeio de diárias e R$ 9.167,78 para pagamento de despesas com passagens aéreas.

A Unidade foi beneficiada com 19 eventos de capacitação promovidos por órgãos públicos, destacando-se a Academia Integrada de Segurança Cidadã, da Secretaria de Estado de Segurança Cidadã, que disponibilizou vagas em 10 cursos. Outras entidades e órgãos públicos, como, a Confederação Nacional dos Municípios, Prefeitura Municipal de Açailândia, Prefeitura Municipal de São Luís e Departamento Estadual de Trânsito foram responsáveis pela inserção de servidores da Superintendência em 09 cursos.

Durante o exercício foram 41 eventos e 1.094 horas de capacitação em que 306 servidores e 211 integrantes de outros órgãos e entidades tiveram a oportunidade de participar. O quadro a seguir apresenta o relatório de treinamento e desenvolvimento de 2007, discriminando e detalhando os eventos realizados, as despesas e os agentes partcipantes.

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Evento	CH	Participantes		Promoção	Custo
		PRF	Outros		
Atendimento a adolescente infrator	40	01	-	AISC	-
Pregão	16	04	-	CNM	-
Violência sexual infanto-juvenil	08	04	-	PMA	-
Filmes sobre violência sexual infanto-juvenil	02	-	60	18ª SR	-
Atendimento a adolescente infrator	40	03	-	AISC	-
Política Nacional de Atenção a Urgências	08	04	-	PMSL	-
Gênero e Violência	20	01	-	AISC	-
Ética e Cidadania	20	01	-	AISC	-
Direitos Humanos	20	03	-	AISC	-
Táticas Defensivas e de Imobilização	24	02	-	AISC	-
Projeto Oficinas	16	19	22	18ª SR	395,24
Educação de Trânsito	16	03	-	DETRAN	-
Projeto Oficinas	16	13	30	18ª SR	429,60
Gerenciamento de Crise	20	01	-	AISC	-
Ética e Cidadania	20	01	-	AISC	-
Atualização em Perícia Social	20	01	-	AISC	-
Projeto Oficinas	16	25	15	18ª SR	833,46
Jornadas de Direitos Humanos	16	12	-	SENASP	1.832,76
Formação de Tutores	16	04	-	DPRF	2.571,40
Aperfeiçoamento em RH	80	01	-	18ª SR	2.571,40
Cerimonial em eventos públicos	24	01	-	DPRF	1.255,21
Políticas de Segurança Pública e enfrentamento ao tráfico de pessoas	40	04	-	SENASP	-
Projeto Oficinas	16	11	32	18ª SR	993,84
Semana de preparação pedagógica	40	02	-	DPRF	825,94
Atendimento ao adoslescente infrator	40	04	-	AISC	-

IV Encontro Internacional sobre direitos humanos e tráfico de pessoas	16	01	-	DPRF	1.575,87
Procedimentos de inteligência	80	02	-	DPRF	1.736,60
Identificação de ilícitos ambientais, trabalhistas e agrários	40	01	-	IBAMA	-
Encontro Nacional de Corregedoria/ Curso de Gestão e Planejamento	56	01	-	DPRF	2.143,93
Formação de pregoeiro	24	03	-	DPRF	5.985,54
Rede de qualidade do DPRF/MJ	72	01	-	DPRF	2.669,21
IV Encontro Nacional de Recursos Humanos	40	03	-	DPRF	5.829,83
Treinamento técnico de orçamento, finanças e contabilidade	40	01	-	DPRF	2.332,13
Encontro Nacional de chefes de NUAT	32	01	-	DPRF	1.441,22
Reunião com chefes do NUCOM	32	01	-	DPRF	1.824,31
Operacionalização de sistemas de controle/Documento florestal	16	02	-	IBAMA	-
Encontro de chefes de NUINT	40	02	-	DPRF	5.018,42
Projeto Oficinas	16	14	36	18ª SR	-
Atendimento Pré-Hospitalar	16	31	16	18ª SR	899,28
Técnicas Policiais	20	117	-	DPRF	4.358,90

AISC – Academia Integrada de Segurança Cidadã

CMN – Confederação Nacional dos Municípios

PMA – Prefeitura Municipal de Açailândia

PMSL – Prefeitura Municipal de São Luís

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

18ª SR – 18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

NUCOM – Núcleo de Comunicação Social

NUAT – Núcleo de Apoio Técnico

NUINT – Núcleo de Inteligência

CH – Carga Horária em horas

4.1.1.3.3. Ação 2C78 – Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

TIPO	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem em atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando à superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como, aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	Jane Margareth Ciarlini Goulart dos Santos
Responsável pela execução da ação no nível local	Eliza Maria de Sousa Costa

4.1.1.3.3.1. Resultados da ação

O acompanhamento psicológico não foi contemplado no exercício devido à Unidade não dispor de profissional habilitado para essa finalidade, entretanto, a assistência social foi realizada pela servidora Eliza Maria de Sousa Costa, que atendeu os servidores ativos e aposentados, familiares e pensionistas vinculados à Superintendência, nas demandas pontuais e específicas do Serviço Social, prestando esclarecimentos e orientações, fazendo encaminhamentos e atuando nas situações abaixo descritas:

I - Intermediação de situações-problemas relacionados aos Planos de Saúde co-patrocinados pelo DPRF;

II - Visitas institucionais e hospitalares;

III - Planejamento e realização do Projeto Vida Saudável na PRF, vinculado ao PROSSERV, para os colaboradores da Superintendência (ativos, aposentados, terceirizados e estagiários), desenvolvendo as atividades: palestras sobre saúde bucal e doenças do trabalho, dinâmicas de grupo, exames de glicemia, aferição de pressão arterial; imunização; massagem e ginástica laboral. A ação contou com o apoio do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais e a colaboração da Secretaria Municipal de Saúde, Clínica Reabilithare de Fisioterapia,

SEST/SENAT e Geap;

IV - Articulação para aquisição de sangue e reativação do Banco de Sangue da PRF no Hemomar, em face das muitas demandas emergenciais de sangue para servidores e/ou familiares;

V - Planejamento e articulação interinstitucional para realização de quatro Comandos de Saúde nas Rodovias do Maranhão;

VI - Participação em Campanhas Educativas da PRF e outros órgãos como o DETRAN, SEST/SENAT, Ministerio Público do Maranhão, Promotoria Especializada em Crimes Contra Crianças e Adolescentes e Polícia Federal;

VII - Acompanhamento dos trabalhos de Perícias Médicas e da Junta Médica Nacional do DPRF na Unidade;

VIII - Colaboração em ações promovidas pela Superintendência, destacando o Projeto Oficinas de Combate à Exploração Infantil, Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas;

IX - Participação em Curso de PerÍcia Social e Atualização em Metodologias do Serviço Social pela Academia Integrada de Segurança Cidadã;

X - Atuação no Planejamento Estratégico da Rede de Qualidade do DPRF;

XI - Atuação no Programa de Endomarketing do DPRF;

XII - Atuação no Projeto Juventude, Policiamento e Cidadania desenvolvido pelo DPRF e Universidade de Brasília;

XIII - Gestão de Convênios e Contratos do DPRF, abaixo detalhados:

Em relação aos convênios para a assistência à saúde através das empresas GEAP, MEDIAL e Odontoclínicas foram traçados os objetivos:

I - Esclarecer servidores, familiares e pensionistas sobre os Planos de Saúde co-patrocinados pelo DPRF;

II - Autorizar inclusões e exclusões;

III - Realizar visitas e contatos institucionais e hospitalares;

IV - Orientar servidores, familiares e pensionistas;

V- Realizar visitas domiciliares;

VI - Participar das reuniões do Conselho GEAP/MA;

VII - Cadastrar no sistema de Saúde DPRF todos os beneficiários de planos de saúde vinculados à Superintendência;

VIII - Indicar prestadores de serviços para os Planos de Saúde, por solicitação dos beneficiarios.

Foi estabelecido contato permanente entre a Assistente Social, servidores e pensionistas, no sentido de prestar informações gerais e especificas para escolha consciente de adesão a quaisquer dos Planos de Saúde disponibilizados pelo DPRF. Realizou-se a intermediação na busca de soluções para situações-problemas (autorizações de procedimentos, inclusão e exclusão de servidores, pendências financeiras e informações sobre rede credenciada. A orientação a servidores e/ou familiares internados foi uma atuação constante, aasim como,visitas domiciliares, contatos telefônicos e por correio eletrônico para orientações gerais sobre saúde e situação funcional dos servidores. A participação nas reuniões do conselho da GEAP possibilitou o intercâmbio de informações inerentes, questionamentos, sugestões e reclamações para melhoria do atendimento e da rede credenciada. O cadastro no Sistema de Saúde do DPRF foi realizado com restrições e lentidão, devido a problemas operacionais de controle no início do convênio, o que dificultou a identificação dos beneficiários e as inclusões. Foi realizado com primazia o acompanhamento e o desenvolvimento de atividades dos Planos de Saúde na Unidade.

Quanto aos convênios com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, o objetivo era efetivá-los com as Secretarias Municipais de Saúde de Caxias e Imperatriz, entretanto, não foi possível devido à inexistência de ambulância em condições de uso para o fim específico.

O Serviço Social atuou na realização de duas Juntas Médicas Nacional, em abril e novembro. A falta de efetivação de convênio provocou grande acúmulo de atestados para perícias simples, sendo que a organização e estrutura logística da Junta Medica Nacional de novembro favoreceu a homologação de maior número de licenças em menor tempo, totalizando 125 atendimentos.

O planejamento logístico dos Comandos de Saúde nas Rodovias foi marcante, através da articulação com parceiros (visitas e contatos telefônicos, redação de ofícios e memorandos para solicitação de profissionais e material de apoio, dentre outros), que resultaram na realização de quatro eventos, sendo um na sede da Superintendência, dois na 1ª Delegacia, em São Luís, e um na 2ª Delegacia, em Santa Inês. Os comandos foram realizados em alto padrão de satisfação para os objetivos propostos, com média de 100 atendimentos por evento e contaram com a participação de instituições públicas e privadas.

4.1.1.3.4. Ação 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como, encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	Josemar Monteiro Barros
Responsável pela execução da ação no nível local	José Luís Martins Pereira

4.1.1.3.4.1. Resultados da gestão de inteligência

A gestão de inteligência cumpriu o objetivo de subsidiar decisões estratégicas para o desenvolvimento de ações visando à prevenção e repressão aos crimes, elaborando relatórios circunstanciados sobre apreensão de madeira e carvão vegetal, assaltos a veículos de cargas e transportes de passageiros e possíveis ocorrências de delitos na circunscrição rodoviária da Superintendência.

Visando à capacitação e qualificação profissional o chefe do Núcleo de Inteligência, José Luís Martins Pereira, participou do curso de "Aperfeiçoamento na Área de Inteligência Policial", realizado na 17ª Superintendência Regional, sediada no Estado do Piauí, no período de 28 de janeiro a 03 de fevereiro. O servidor Rodrigo Carvalho da Silva participou do Ciclo de Palestras sobre atividades de Inteligência, ministrado por instrutores da Agência Brasileira de Inteligência, no Estado do Ceará, no período de 12 a 15 de fevereiro. Houve a participação do chefe da Unidade de Inteligência no curso de Procedimentos Básicos de Inteligência, no período de 21 de maio a 01 de junho de 2007, na Escola de Inteligência (ESINT) da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Atividades realizadas no exercício:

I - Levantamento e identificação de pontos de venda de uniforme e acessórios da Polícia Rodoviária Federal;

II - Levantamento de pontos de prostituição infantil no Estado do Maranhão, conforme denúncia da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;

III - Comando de combate a assaltos a veículos de carga, realizado em conjunto com o Delegacia Especializada de Investigações Criminais, no período de 08 e 10 de fevereiro, em Santo Antônio dos Lopes/MA;

IV - Vigilância nos postos de Pedrinhas e Santa Inês em conjunto com equipe da Polícia Federal para aguardar passagem de veículo carregado com drogas, conforme denúncia e levantamentos efetuados;

V - Reunião com Delegado da Polícia Civil para estabelecer diretrizes para o combate a assaltos a veículos de carga;

VI - Reunião com a Equipe de Combate ao Narcotráfico, da Polícia Federal, para estabelecer diretrizes para o combate de tráfico de drogas e entorpecentes nas rodovias federais;

VII – Desenvolvimento e abastecimento de informações no Programa para Cadastro de Meliantes;

VIII - Levantamento de transporte irregular de trabalhadores para outros Estados, conforme denúncia à Procuradoria Regional do Trabalho;

IX - Investigação Social de candidatos à vaga de estagiários;

X - Mapeamento da Exploração Sexual Infanto-Juvenil nas rodovias federais no Estado do Maranhão, conforme constante no Relinfo nº 001/NUINT/18ª SRPRF/MA/DPRF/MJ, atendendo Pedido de Informação nº 004/07-COINT;

XI -Produção de conhecimentos para responder ao Pedido de Busca Nº 005/SEMA/ABIN/GSIPR que se trata de marcas e logotipos utilizados por redes de narcotráfico;

XII - Adequação de projetos de monitoramento em circuito fechado de televisão, controle biométrico de ponto funcional e controle de acesso às dependências da 18ª Superintendência Regional;

XIII - Produção de conhecimentoS sobre assaltos a veículos de cargas na rodovia

BR 316, circunscrição do município de Caxias;

XIV - Produção de conhecimentos para responder ao Oficio nº 728/2007-Codin/PRT – 16ª Região, que trata de transporte irregular de trabalhadores de Coelho Neto/MA para outros estados, resultando numa operação realizada pela Procuradoria Regional do Trabalho e Polícia Rodoviária Federal que impediu a realização do referido transporte.

XV - Produção de conhecimentos sobre manifestação de madeireiros que interditaram a BR 222, no Km 515, município de Buriticupu/MA, entre os dias 16 e 20 de agosto. Esse documento foi difundido para o Ministério do Meio Ambiente, Exército Brasileiro, Ministério Público Federal, ABIN e Procuradoria Geral do Estado.

XVI - Acompanhamento do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado do Maranhão para produzir Relatório de Informações sobre manifestações em Brasília/DF e responder ao Pedido de Informação (PI)- 010/COINT;

XVII - Levantamento de informações sobre manifestações de sem terras intitulados de “Quilombolas” no Km 88 da BR 135 , município de Itapecuru-Mirim/MA, subsidiando autoridades para anteciparem as negociações e evitando assim, maiores transtornos;

XVIII - Produção de conhecimento para confirmar denúncias feitas à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes nas margens da BR 135, município de São Luís;.

XIX - Monitoramento de ações criminosas na BR 135, município de Peritoró, auxiliando Policiais Rodoviários Federais na 3ª Delegacia, na prisão de 02 (dois) suspeitos de assaltos a cargas na região.

XX - Produção de conhecimentos sobre rotas alternativas para escoamento de produtos de origem florestal da Reserva Biológica do Gurupi, visando subsidiar a Operação Rebio II, realizada pelo IBAMA com apoio da Polícia Rodoviária Federal e Exército Brasileiro.

XXI - Acompanhamento do traficante de drogas Raimundo José Rodrigues da Silva, logo após o mesmo ter sido detido e conduzido ao Departamento de Polícia Federal em São Luís com 17kg de Cocaína.

XXII - Partcipação na operação em Presidente Dutra em parceria com a Delegacia Especializada de Investigações Criminais para o levantamento de assaltos a ônibus de turismo.

Através da atuação da representação da Unidade de Inteligência na 4ª Delegacia, sediada em Imperatriz-MA, foram efetuadas as prisões dos elementos enquadrados nas modalidades abaixo:

Tráfico de drogas: Darlan Rufino da Silva Fernando Mota do Nascimento e Marcelo Rufino do Nascimento.

Roubo à carga: Márcio Henrique Jacome Lopes, Neuton da Silva Aguiar, Alessandro Alves Pereira, Jamilton da Silva Oliveira, Junio Sousa Silva, Joacildo de Carvalho Rocha, Ivanildo Pereira de Andrade, Jose Iran Benedito de Sousa, Maria Charlene Felix Gama, Alinha Cunha da Silva, Antônio Aguinaldo Maciel de Lima.

Assalto a banco: Hugo Leonardo Sousa Vasconcelos, Gerson da Conceição Silva, Railson Rodrigues de Oliveira, Amaury Lucena Guimarães, Valter Canté de Oliveira, Onicésar Abrenhosa Guimarães, Rosicleyde do Nascimento Alves, Aércio Douglas Cante de Oliveira, Francivaldo Moreira Pontes, João Henrique Morais Reis, Ronivon Pereira da Silva, Antônio Ferreira Lima, Zandonai Barbosa Oliveira, Ana Thais Silva do Carmo (Esposa de Zandonai), Zenone Barbosa de Oliveira, Girlene dos Santos Teotônio (Esposa de Zenone), Francisco Almeida de Oliveira, Flávio Farias Guerra, Welton John Araújo Silva, Ermerson Leão

Cantanhede, Airton Cabral de Sousa, Josemar Ferreira Amaral, Anilton da Silva Rodrigues, Anchieta Diniz Marques, Marcelo Lopes Santos, Edson da Silva e Silva, Michelly dos Santos Lira (esposa de Edson), Rafael Borges Gomes de Menezes, Talita da Silva Alves de Carvalho (namorada de Rafael), Cleonan Rocha Pacheco, Rogério Carneiro Viana, José Cavalcante de Queiroz (Vulgo Deda), Alessander Batista De Oliveira, Francisco Almeida de Oliveira.

Seqüestro: Maurício da Silva Lopes, Regina da Silva Dariz, Cristina Ferreira Abreu.

4.1.1.3.5. Ação 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como, demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	Marcos Antônio Basílio da Silva Rocha
Responsável pela execução da ação no nível local	Eliza Maria de Sousa Costa

4.1.1.3.5.1. Resultados da ação

A ação foi prejudicada quanto ao atendimento a vítimas de acidentes, devido à falta de viaturas apropriadas que inviabilizaram a celebração e operacionalização de convênios com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU. Os acidentes de maior gravidade foram atendidos pelo Corpo de Bombeiros Militar nas proximidades das cidades de São Luís e Imperatriz e pelo SAMU em municípios onde o serviço está instalado. As vítimas com menor grau de lesões foram atendidas por equipes da Polícia Rodoviária Federal.

Quanto às ações direcionadas aos motoristas profissionais das rodovias e estradas

federais foram realizados quatro Comandos de Saúde, visando à prevenção de acidentes através da verificação dos parâmetros básicos de saúde para identificar possibilidades de interferências negativas na condução veicular segura. Os eventos foram realizados em São Luís e Santa Inês e contou com a parceria do SEST/SENAT, Secretarias Estadual e Municipais de Saúde, Polícia Federal, entidades não governamentais e empresas privadas, sendo examinados 365 motoristas. Os diagnósticos demonstraram o alto grau de risco para a segurança do trânsito, revelando que o trabalho concebido pela Instituição apresenta um elevado valor para a sociedade brasileira que utiliza as rodovias federais, à proporção que alerta os motoristas para problemas que podem resultar em grandes tragédias. Para exemplificar, foi verificado que 40% dos atendidos cumprem jornada diária de trabalho excessiva, o que pode levá-los ao cansaço, à perda de reflexos e à sonolência. Em torno de 47% estavam acima do peso; 24% apresentaram pressão arterial acima dos parâmetros normais; 49% declararam vício de alcoolismo; 20% foram diagnosticados com acuidade visual deficiente. Foram colocados à disposição dos profissionais testes do vírus HIV, realizados procedimentos para a higiene bucal com aplicação de flúor, palestras com informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, vacinação e corte de cabelo.

Os resultados exigem a continuidade das ações pelo inestimável alcance social e benefícios ao trânsito.

Ressalta-se que para o desenvolvimento das ações não foram transferidos recursos para custeio de despesas.

4.1.1.3.6. Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como, a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	Alexandre Castilho de Moura Costa Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local	Helen de Sousa Maia

4.1.1.3.6.1. Resultados da ação

As atividades foram desenvolvidas mediante a participação institucional em programas de radiodifusão, televisivos e em matérias jornalísticas escritas para informar e orientar o público quanto às normas de trânsito e os procedimentos que devem ser obedecidos e adotados para uma direção veicular segura, sendo enfocada a direção defensiva como principal fator de segurança.

As estatísticas de trânsito revelam que a grande maioria dos acidentes têm como fator determinante a falha humana, motivo pelo qual as intervenções na mídia estiveram focadas nos condutores de veículos e nas orientações para evitar acidentes.

Não foi possível contratar campanhas publicitárias e pesquisas de opiniões, haja vista a indisponibilidade de recursos orçamentários, ficando a cargo da coordenação nacional da ação, entretanto, a Instituição foi visível à altura de sua importância.

Nos encartes abaixo são apresentados matérias jornalísticas sobre as atividades da Instituição.

O IMPARCIAL ONLINE

PRF: Operação Proclamação da República

14-Nov-2007

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) começa à meia-noite desta quarta-feira (14) a Operação Proclamação da República, nas rodovias federais que cortam o país. O objetivo é coibir os excessos e abusos no trânsito, no feriado prolongado. A operação será encerrada à meia-noite de domingo (18).

“Faremos um trabalho para inibir as infrações de trânsito e conseqüentemente as ocorrências de acidentes, porque normalmente, os acidentes são precedidos por infrações”, disse o inspetor da PRF, Walter Mota, em entrevista à Agência Brasil.

De acordo com Mota, os policiais dispõem de um mapeamento dos principais pontos de acidentes de trânsito, no país. Ele citou como exemplo a BR-040, que dá acesso aos motoristas do Distrito Federal ao Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Os 24 primeiros quilômetros da rodovia são em área urbana, por isso há uma grande incidência de acidentes, principalmente atropelamentos.

“A PRF orienta os motoristas que, quando estiverem trafegando em áreas urbanas, diminuam a velocidade até abaixo do limite da rodovia, porque realmente nesses locais há um trânsito enorme de pedestres e um índice alto de atropelamentos”.

Mota informou que nos pontos mais críticos as viaturas policiais estarão posicionadas, em ronda ou fixa, para controlar os esses locais e diminuir o número absoluto de acidentes. Ele informou que devem ser mobilizados de 200 a 300 policiais por estado, para reforçar a operação.

No último feriado prolongado, a PRF registrou aumento de acidentes nas rodovias federais. Foram 1.650, com 104 mortos e 1.076 feridos.

JORNAL PEQUENO
O ÓRGÃO DAS MULTIDÕES on-line

Feriado amplia atuação da PRF em Imperatriz

Data de Publicação: 13 de outubro de 2007
OPERAÇÃO N. SRA. APARECIDA

A operação "Nossa Senhora Aparecida", deflagrada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) à meia-noite de quinta-feira, 11, em todo o país e prevista para se estender até a meia-noite de domingo, 14, será ampliada na região de Imperatriz, excepcionalmente até às 24h da próxima segunda-feira,15.

É que nesta data comemora-se o dia da padroeira de Imperatriz, Santa Teresa d'Ávila, um feriado municipal que muita gente aproveita para passar fora da cidade. A determinação é da Superintendência da PRF no Maranhão, que elaborou calendário diferenciado para atender ao feriado prolongado (por mais um dia) em comemoração a padroeira de Imperatriz.

Este ano, em função da "Operação ReBio Gurupi II", a fiscalização nas rodovias federais maranhenses será ainda mais intensa, com ações de combate à violência e crimes ambientais, principalmente na região oeste do Maranhão.

JORNAL PEQUENO
O ÓRGÃO DAS MULTIDÕES on-line

Comando de Saúde nas Rodovias 2007

Data de Publicação: 5 de setembro de 2007

Será realizado hoje (5), o 3º Comando de Saúde nas Rodovias Federais. No Maranhão acontecerá em São Luís, no pátio lateral da Sede da 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, no Km 01 da BR 135, no horário das 08 às 12 horas. A meta é realizar 120 atendimentos na ocasião.

Os Comandos de Saúde nas Rodovias são campanhas de caráter preventivo e educativo, coordenadas pela Polícia Rodoviária Federal, por intermédio de suas Unidades Regionais com a parceria do SEST-SENAT e das mais diversas empresas públicas e também privadas. Tem o objetivo de detectar, alertar e orientar motoristas profissionais sobre as condições de saúde que prejudicam ou impedem a condução de veículos automotores.

A ação contará com o apoio e participação do Detran-MA, Polícia Federal, Secretaria Municipal de Saúde, 24º Batalhão de Caçadores, Secretaria Municipal de Transportes Urbanos (Semtur), Laboratório Centrolab, Instituto Florence, Itumart-Schincariol e Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais.

Segundo o Núcleo de Comunicação Social da PRF-MA, na ocasião serão dadas orientações sobre a relação saúde e trânsito, além da aferição da pressão arterial, peso, altura, força manual e taxa de glicemia; exames oftalmológicos e de audição; orientações médica, nutricional e de primeiros socorros; apresentação teatral; higiene bucal com aplicação de flúor; ginástica laboral e cuidados com aparência física (corte de cabelo).

PRF realiza camanha educativa em rodovias
Data da Publicação : 28.11.2007

SÃO LUÍS - A Polícia Rodoviária Federal realiza nessa quinta-feira (29)a última etapa em 2007 da campanha "Comandos de Saúde nas Rodovias".

A ação educativa tem o objetivo de orientar os caminhoneiros e outros trabalhadores do transporte sobre a necessidade de manter a saúde em dia para evitar acidentes.

4.1.1.3.7. Ação 86A1 – Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro às Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI e outras decorrentes de convênios, como DETRAN. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DMP
Coordenador nacional da ação	José Roberto Ângelo Barros Soares
Responsável pela execução da ação no nível local	Maronilton Ferreira Sousa

4.1.1.3.7.1. Resultados da ação

Durante o exercício foram processadas 28.041 multas de trânsito e de transporte que resultaram na arrecadação de R$ 1.620.128,24.

A remuneração do Departamento Estadual de Trânsito está vinculada ao convênio com o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, através do sistema de Registro Nacional de Infrações de Trânsito – RENAINF, estando a gestão sob a responsabilidade do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Não houve transferências de recursos orçamentários para apoio administrativo direcionados à Comissão Administrativa de Defesa Prévia – CADA e para pagamento de jetons a componentes da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI

4.1.1.3.8. Ação 2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	Ednilson Bruno Silva do Nascimento
Responsável pela execução da ação no nível local	Joelson Mendonça da Silva

4.1.1.3.9. Ação – 4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	Geovanni Bosco Farias di Mambro
Responsável pela execução da ação no nível local	Joelson Mendonça da Silva

4.1.1.3.10. Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como, contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações/DPRF/MJ
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local	Joelson Mendonça da Silva

4.1.1.3.10.1. Resultado da gestão das ações finalísticas

4.1.1.3.10.1.1. Relacionados à fiscalização de trânsito e ao atendimento aos usuários

Ocorrências	Total
Veículos fiscalizados	237.504
Notificações por infrações de trânsito	27.372
Notificações de velocidade com radar fotográfico	3.603
Veículos retidos ou recolhidos para regularização	1.802
Documentos retidos	607
CNH recolhidas	295
Auxílios aos usuários	509
Escolta / batedor	186
Animais recolhidos	224
Pessoas vítimas de acidentes socorridas	19

4.1.1.3.10.1.2. Relacionados ao combate à criminalidade

- **Apreensões de drogas**

Drogas	Unidade	Quantidade
Cocaína	Kg	16,270
Maconha	Kg	1.378,470
Destruição de pés de maconha	Un	164.300
Merla	g	500
Haxixe	Un	1
Lança perfume	Un	1
Outras	Un	2.056
Diversas	g	200
Total de ocorrências	Un	20

- **Apreensões de contrabando**

Mercadorias	Unidade	Quantidade
CD/VHS/DVD	Un	7.465
Cigarro	Pacotes	384
Equipamentos de informática	Un	709
Equipamentos eletrônicos	Un	96.492
Medicamentos	Un	32.442
Outras	Un	8.800
Diversas	g	50.620
Total de ocorrências	Un	18

- **Apreensões de armas e munições**

Tipos de armas e munições	Total
Revólver	31
Pistola	8
Espingarda	26
Fabricação caseira	9
Total de armas de fogo	74
Total de ocorrências	47
Munição calibre 22/32	26
Munição calibre 38	105
Munição calibre 380	30
Outras munições	61
Total de munições	222
Total de ocorrências	36

- **Apreensões relacionadas ao meio ambiente**

Produtos	Unidade	Quantidade
Animais silvestres	Un	7
Carvão vegetal	m3	3.209
Madeira	m3	34.080
Pescados	Kg	7.000
Outros	Un	9.417
Total de ocorrências	Un	135

- **Atuações em defesa de crianças e adolescentes**

Ocorrências	Total
Crianças e adolescentes vítimas de crimes	3
Total de ocorrências	2
Pessoas detidas por crimes contra menores	5
Adolescente apreendido	10
Total de ocorrências de infração de menores	6
Pessoas envolvidas	11
Pessoas detidas	10

- **Outros crimes combatidos**

Ocorrências	Total
Falsificação de documentos	39
Saque à carga	1
Trabalhador libertado	150
Veículos recuperados	54
Crimes diversos	65
Crimes de trânsito	46
Total de ocorrências	224

- **Detenção de pessoas**

Crimes praticados	Total
Assaltos a cargas	6
Assaltos a ônibus	3
Estrangeiros sem visto	2
Mandados de prisão	51
Roubo e furto de veículos	32
Tráfico de entorpecentes	17
Contrabando e descaminho	24
Trânsito	69
Ambientais	130
Outros	243
Total	577

4.1.1.3.10.2. Resultados adversos

- **Relacionados a crimes diversos**

Crimes praticados	Total
Assaltos a veículos de cargas	13
Assaltos a ônibus	11
Assaltos a táxi	1
Assaltos a veículos particulares	13
Crimes contra a vida e o patrimônio	9

- **Relacionados a acidentes de trânsito**

Ocorrências	Total
Acidentes sem vítimas	1.052
Acidentes com feridos	800
Acidentes com mortes	221
Total de acidentes	2.073
Feridos	1.577
Mortes	276
Total de vítimas	1.853

Ao longo de 2007 a 18ª Superintendência desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A Instituição por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 3.403,1 quilômetros de rodovias federais desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

O ano de 2007 ficará marcado com um dos anos mais violentos da última década na questão de acidentes de trânsito. A imprudência foi a principal causa dos acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências aconteceram em pistas com boas condições de trafegabilidade. Cálculos baseados em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA apontam que o prejuízo com acidentes nas rodovias federais em 2007 custou ao Brasil R$ 10,6 bilhões.

Apesar de a fiscalização ter sido intensificada não foi possível reduzir o número de acidentes em 2007. Em 2008, o planejamento contempla mais ainda o incremento da fiscalização, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes e mortes.

Entre os fatores conjunturais que contribuíram para o aumento dos acidentes de trânsito nas rodovias destacam-se: a crise aérea, que aumentou o tráfego em rodovias nos feriados prolongados, a explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, colocando em circulação quase quatro milhões de novos veículos que entupiram as estradas federais, aumentando a probabilidade de acidentes e a melhoria das condições das rodovias, reforçando o paradoxo de que quanto melhores as rodovias, elevam-se de forma exponencial os acidentes devido ao excesso de velocidade.

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2007, banco de dados que integra todos os Departamentos Estaduais de Trânsito, pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Desde o Carnaval, os motoristas infratores flagrados cometendo infrações recebem suas multas em qualquer lugar do país.

As operações de combate a crimes nas rodovias federais resultaram na apreensão

de 16,270 Kg de cocaína, 1.378,470 Kg de maconha, destruição de 164.300 pés de maconha, detenção de 17 pessoas por tráfico de entorpecentes e apreensão de 74 armas de fogo.

Como defensora do meio ambiente, a Instituição também mostrou empenho em ações conjuntas com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, resultando na apreensão de 34.080 metros cúbicos de madeira e 3.209 metros cúbicos de carvão vegetal. Os resultados foram alcançados no trabalho diário e nas operações Força e Soberania, Entorno e Rebio Gurupi, integradas pelo IBAMA, Instituto Chico Mendes e Exército Brasileiro, mediante determinação interministerial.

Por mais um ano, a Polícia Rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias retirando-as dos cenários de situações de risco e contribuiu para a terceira edição do ***Guia para a Localização de Pontos Vulneráveis à Exploração Infanto-Juvenil, confeccionado anualmente pela Coordenação-Geral de Operações do DPRF***. Pela primeira vez, o trabalho de pesquisa teve a parceria da Organização Internacional do Trabalho – OIT, além do Escritório contra Drogas e Crimes da Organização das Nações Unidas. Através do mapeamento de toda malha viária federal foram identificados os pontos críticos, possibilitando combater efetivamente a violência contra menores.

Trabalhadores em regime de servidão tiveram a Instituição como aliada. Ações de repressão ao trabalho escravo, em apoio ao Ministério do Trabalho e Ministério Público Federal, permitiram que 150 pessoas fossem libertadas de condições precárias de trabalho, semelhantes à escravidão.

Inserida no Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias. Pelo novo formato, o Policial Rodoviário Federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

4.1.2. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

4.1.2.1. Dados gerais

O programa foi concebido para dotar a Instituição dos meios necessários à execução eficiente de suas atividades finalísticas, através da adequação das instalações físicas das unidades operacionais, aquisição de logística material e desenvolvimento de tecnologias relacionadas a sistemas de informações e para o monitoramento e fiscalização de trânsito na malha rodoviária federal.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira - CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

4.1.2.2. Principais ações

4.1.2.3. Gestão das ações

4.1.2.3.1. Ação 11MC – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas para atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias e Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	Givaldo Medeiros da Silva
Responsável pela execução da ação no nível local	Maria Avanir da Costa Souza

4.1.2.3.1.1. Resultados da Ação

A ação não foi executada a nível regional por indisponibilidade orçamentária.

4.1.2.3.2. Ação 1821 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando às necessidades do órgão, no que tange ao desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	Givaldo Medeiros da Silva
Responsável pela execução da ação no nível local	Maria Avanir da Costa Souza

4.1.2.3.2.1. Resultados da ação

A ação não foi executada a nível regional por indisponibilidade orçamentária.

4.1.2.3.3. Ação 1835 – Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição, reforma, instalação e manutenção de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Manutenção e desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição de programas, computadores, servidores e acessórios para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas e das demais áreas. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver sistemas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Administração de Redes
Coordenador nacional da ação	Rodney Loeffler Ramos Portilho
Responsável pela execução da ação no nível local	Maria Avanir da Costa Souza

4.1.2.3.3.1. Resultados da ação

Na execução das atividades da ação foi feita a reestruturação do centro de processamento dados com instalação de equipamentos para o suporte e gestão da rede de comunicação de dados; reparo no cabeamento de rede com substituição de cabos e conectores

RJ45, na sede da Superintendência e da 3ª Delegacia, em Caxias; atualização de softwares,; instalação e configuração de softfone **voip**, na sede da Superintendência, das Delegacias e nos postos de fiscalização; instalação de uma antena com rádio transceptor na sede da 5ª Delegacia, em balsas, para suporte das atividades de policiamento rodoviário, programação dos rádios portáteis de comunicação nas Delegacias para atender normas institucionais; substituição dos rádios transceptores Motorola, da linha M208/216, para a linha PRO5100, conforme determinado pela unidade executora da ação a nível nacional, nos postos de Balsas, Barão do Grajaú, Imperatriz, Porto Franco, Açailândia, Pedrinhas e Caxias; atualização nos computadores da sede da Superintendência e das Delegacias.

Foram transferidos recursos no valor de R$ 256.614,00 para aquisição de equipamentos, conforme discriminação abaixo:

EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS		
Descrição	Quantidade	Valor Total – R$
Ponto eletrônico para freqüência de servidores	01	8.000,00
Servidores de rede para comunicação de dados	02	10.760,00
Coletores de dados	30	131.370,00
Impressora térmica	30	73.950,00
Máquina para recarga de cartucho	01	8.130,00
Estabilizadores	13	4.394,00
Terminais voipe para comunicação de voz	25	3.450,00
Estante rack	01	4.750,00
Switch	02	432,00
Impressoras laser	10	7.298,00
Estação de trabalho	02	4.080,00

4.1.2.3.4. Ação 7061 – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Administração
Coordenador nacional da ação	Francisco Brandão de Oliveira
Responsável pela execução da ação no nível local	Maria Avanir da Costa Souza

4.1.2.3.4.1. Resultados da ação

A execução da ação ficou centralizada no Departamento de Polícia Rodoviária Federal, que transferiu para o acervo patrimonial desta Unidade 13 viaturas no valor de R$ 798.766,67, consoante demonstrativo abaixo:

Recebimento de Viaturas		
Veículo	**Quantidade**	**Valor Total**
MITSUBISH L 200, ano 2007	03	248.100,00
GM ASTRA , ano 2007	08	400.000,00
GM ASTRA, ano 2007	01	44.000,00
RENAULT MASTER13M3, ano 2007	01	106.666,67
Total		798.766,67

O ano de 2007 também foi um ano de grandes investimentos para a Instituição, no que diz respeito à modernização da infra-estrutura. Foram adquiridos diversos veículos e equipamentos que melhorarão o desempenho dos policiais nas atividades rotineiras,

possibilitando que os mesmos trabalhem motivados para o cumprimento da missão institucional.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do Policial Rodoviário Federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos.

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial do DPRF são originárias do extinto DNER, cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. No exercício, não foi possível contratar a reforma das unidades operacionais, representadas pelos postos e delegacias, que precisam passar por intervenções visando adaptar instalações para policiais femininas, rampas de acesso e sanitários para portadores de necessidades especiais e depósitos para guarda de veículos recolhidos nos postos.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a Instituição mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do departamento.

O ano de 2007 ficará marcado pelo início do projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, com a aquisição de 26 computadores portáteis denominados PDA, com acesso à internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública, o que possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como, a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração.

Destaca-se a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como, impressoras a laser, nobreak, computadores, servidores de rede, entre outros, além de aquisição de rádios portáteis e móveis, renovando o parque computacional da Unidade.

Através destas ações de modernização, a PRF pretende continuar cumprindo com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

4.1.3. Programa 0750 – Apoio Administrativo

Responsável em viabilizar meios para a execução das atividades administrativo-burocráticas, referentes à aquisição de materiais de consumo e permanentes, contratação e manutenção de serviços, tendo como principais ações a Administração da Unidade, Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Dependentes, Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados, Contribuição da União, de Suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

No exercício foram adquiridos os bens e serviços e mantidos os contratos, conforme discriminação nos quadros abaixo:

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

OBJETO	CNPJ	EMPRESA	VALOR R$
Manutenção e recuperação de aparelhos ar condicionado posto Pedrinhas	05.655.538/0001-70	M. W. FERREIRA SANTOS	5.730,00
Recuperação em equipamentos de telecomunicações	01.893.782/0001-06	AMELIA ELETR LTDA.	7.990,00
Confecção de capas de processos, envelopes e outros impressos.	00.652.663/0001-90	GRAFIMA EDIT GRAF E MAT EXPEDIENTE LTDA	7.787,00
Contratação dos serviços de limpeza dos veículos da Unidade para leilão	07.631.779/0001-92	CHAGAS COM E SERV AUTOMOTIVOS LTDA	1.250,00
Aquisição de material de consumo	01.743.774/0001-75	RICLOL-COM E REPRESLTDA	6.804,30
Serviços de reparos em máquinas copiadoras pertencentes a 18º	06.004.640/0001-56	SHARMAQ COM REPRES SERVICOS LTDA	3.623,45
Confecção de comendas e barretas alusivas aos 10,20 e 30 anos dos PRF	87406583/0001-33	INCABRAS COM DE CAR BRASIL LTDA	6.074,90

Recarga de cartuchos de impressoras Lexmark e Samsung	07.605.567/0001-30	J. R. CUNHA FILHO	6.600,00
Contratação de Empresa especializada em locação de equipamentos e ambientações	02.619.095/0001-51	SAO LUIS PROMOCOES E EVENTOS LTDA	7.900,00
Contratação dos serviços de SEDEX	34.028.316/0034-71	EMP BRAS CORREIOS TELEG	12.371,50
Recuperação da Torre posto Pedrinhas	07.831.846/0001-12	SCC SERRS CONSTS CIVIL LT	6.872,35
Manutenção preventiva de Ar condicionado	05.165.538/0001-70	M. W. FERREIRA DOS SANTOS	5.730,00
Servi de dedetização dos prédios UG	08.324.935/0001-35	ARAUJO REFRIG SERV TEC	7.850,00
Recuperação da viatura NHG 3700 sinistrada - Del. 18/03 – Caxias	07.250.559/0001-19	C FERREIRA DE OLIVEIRA	5.184,51
Aquisição de ponto eletrônico	02.863.356/001-84	DANTAS & CIA LTDA ME	8.000,00
Aquisição de material de consumo	10.278.430/0001-23	N S CUTRIM	1.479,49
Aquisição de túnicas chefias da 18º	04.614.258/0001-39	A S SERVICOS LTDA	5.200,00
Aquisição água mineral	03.528.467/0001-05	J. F. ROCHA SANTOS	7.000,00
Recarga de extintores	08.765.282/0001-20	JKLS COM EQUIP SERV	5.675,00
Aquisição de material elétrico	08.049976/0001-06	J GONCALVES FILHO LTDA	1.193,52
Aquisição de fardamento para servidores administrativos	04.614.258/0001-39	A S SERVICOS LTDA	2.688,00
Aferição de radar	01.596.450/0001-51	INMEETRO MA	468,00
Manutenção corretiva em equipamentos de radiocomunicação	01893.782/0001-06	AMELIA ELETRONICA LTDA.	7.990,00
Recuperação da cobertura prédio principal sede com material	05.779.368/0001-13	CONSTRUTORA NAZAS LTDA	14.260,62

MANUTENÇÃO DE CONTRATOS CONTINUADOS

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Modalidade	Termo Aditivo	Valor da Parcela R$	Valor Global R$
01/2003	LIMAN	Limpeza e manutenção das instalações da Unidade	Tomada de Preço	01/03 - Proc. Inicial	26.840,61	191.864,04
				01/2003	15.988,67	191.864,04
				01/2005	15.988,67	191.864,04
				03/2005	19.429,33	233.152,01
				04/2005	19.429,33	233.152,01
				05/2005	26.840,91	322.090,92
08/2002	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS	Envio de Correspondência via Sedex	Licitação	Processo Original	879,35	10.552,20
				01/2003	879,35	10.552,20
				02/2004	879,35	10.552,20
				03/2005	879,35	10.552,20
				04/2005	879,35	10.552,20
01/2006	CAEMA	Fornecimento de água e esgoto	Inexigib 02/2006	Processo Original	951,47	11.417,63
02/2006	CEMAR	Fornecimento de Energia Elétrica	Dispensa 02/2006	Processo Original	15.953,38	191.440,58
04/2006	AIRES TURISMO	Fornecimento de Passagem Aéreas	Pregão 01/2006	Processo Original	15.332,41	183.989,00
05/2006	SAAE	Fornecimento de água e esgoto	Inexigib 03/2006	Processo Original	133,33	1.600,00

06/2006	OFICINA GARROS	Manutenção das Viaturas	Pregão 03/2006	Processo Original	13.175,00	158.100,00
07/2006	AUTO MOTOR DIESEL	Manutenção das Viaturas	Pregão 03/2006	Processo Original	5.757,34	69.100,00
08/2006	VIVO	Serviço de telefonia móvel celular	Pregão 04/2006	Processo Original	2.543,20	30.518,40
01/2005	CLASI SEGURANÇ	Segurança Privada	Pregão 05/2004	Processo Original	38.359,44	460.313,28
				01/2005	32.060,00	384.720,00
				02/2006	35.296,24	423.554,88
03/2005	EMBRATEL	Telefonia Fixa	Pregão 02/2005	Processo Original	45.166,41	541.997,00
04/2005	TELEMAR	Telefonia Fixa	Pregão 01/2005	Processo Original	9.432,85	113.194,27
10/2006	ÀGIL MOTORES	Perfuração poço Imperatriz	Tomada de Preço	Processo Original	96.049,40	96.049,40
11/2006	CBM Construção	Reforma sede UG	Tomada de Preço	Processo Original	96.658,70	96.658,70
12/2006	Tramaga Construtora	Reforma Posto Bacabal	Tomada de Preço	Processo Original	31.690,56	31.690,56
13/2005	Tramaúba Construções	Reforma dos postos Del 18/1	Tomada de Preço	Processo Original	29.348,07	29.348,07

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1. Desempenho referente às ações finalísticas do Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais

O desempenho das ações do programa é medido pelos indicadores: Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais, relativo à percentagem de mortes do total de feridos em acidentes de trânsito, e Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, para medir a variação do número de acidentes, positiva ou negativa.

Ambos os indicadores avaliam a eficácia das ações institucionais e são de responsabilidade da Seção de Policiamento e Fiscalização, que mensura o resultado a partir das seguintes fórmulas de cálculo:

Taxa de Mortalidade:

Im=(Nº Mortos/Nº Vítimas)x100

Taxa de acidentes:

Ia=((Nº Acidentes Ano Atual)/(Nº Acidentes Ano Anterior)-1)x100

5.1.1. Análise crítica dos resultados alcançados

5.1.1.1. Metas Físicas: Redução do número de acidentes e mortes em relação a 2006

- **Taxa de mortalidade nas rodovias federais**

Número de Mortos 2006.....224 Número de Mortos 2007.....276

Número Total de Vítimas 2006....1.459 Número Total de Vítimas 2007..... 1.853

Im 2006= (224 / 1.459)x100= 15,35% **Im 2007= (276/ 1.853)x100= 14,8%**

Percebe-se que a taxa foi menor no exercício em exame, demonstrando que a Unidade foi eficaz na missão de reduzir o número de mortes decorrentes de sinistros rodoviários. Essa redução se deu em razão do planejamento voltado para a diminuição dos

fatores de risco, que resultaram em efetividade ostensiva nos trechos de maior volume de tráfego e nos de maior probabilidade de ocorrência de acidentes, para combater o excesso de velocidade, as ultrapassagens proibidas e a embriaguez ao volante, considerando que essas atitudes são fatores determinantes de maior gravidade nos acidentes. Houve um acréscimo de prisões por crimes de trânsito de 102,9%, aumento de 2,8% no número de veículos fiscalizados e significativo incremento nas fiscalizações eletrônicas.

- **Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais**

Número de Acidentes 2006 .....1.770 Número de Acidentes 2007..... 2.073

Ia=((2.073/1.770)-1)X100=17,11%

O percentual de aumento registrado considera números absolutos. Não leva, portanto, em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, e não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte. Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados.

Ressalta-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceram em torno das rodovias, tornando-as grandes avenidas por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados são do tipo colisão traseira, que ocorrem principalmente nos aglomerados urbanos.

Sobre essa possibilidade, já tinha sido lançado um alerta na avaliação do PPA 2004-2007 - Ano Base 2006, cujo texto é abaixo reproduzido:

"Dados levantados pela PRF demonstram que 80% dos acidentes ocorrem em pistas em boas condições de trafegabilidade. Por isso, a preocupação apresentada é pertinente. Para mitigar o problema, faz-se necessário atualizar o efetivo da PRF, atualmente 10.098 vagas com 9.700 preenchidas. Faz-se necessário preencher as vagas legais existentes, bem com,o anualmente aumentar esse limite. Estudos preliminares da PRF demonstram que o efetivo suficiente para impactar o resultado do programa seria de 20 mil policiais.

Vale ressaltar que, com essa providência, seria possível estabelecer meta para reduzir substancialmente o índice de acidentes e não apenas mantê-lo em patamar aceitável, considerando a média histórica. A redução do índice de acidentes, além da preservação da maior riqueza da Nação - a vida do cidadão - possibilitaria reduzir o impacto econômico dos acidentes. O custo de acidentes em rodovias federais, segundo o estudo do IPEA, passa de 6,5 bilhões de reais por ano. O orçamento total do DPRF/MJ gira em torno de 2 bilhões. A majoração desse orçamento para próximo de 3 bilhões possibilitaria aumentar substancialmente o efetivo e melhorar o custeio e investimento do órgão.

Além da economia quanto aos impactos econômicos dos acidentes, seria produzido outro efeito - aumentar o combate à criminalidade organizada, que se utiliza das rodovias para escoar o produtos de suas ações criminosas. O aumento da ostensividade, conseguida com efetivo maior e em melhores condições quanto a equipamentos, viaturas, etc, teria o poder de dar ao cidadão usuário das rodovias, bem como, à população lindeira, maior sensação de segurança. Isso significa melhor avaliação do órgão junto à opinião pública, bem como, confere maior credibilidade ao Governo Federal no sentido de dar o exemplo necessário aos entes federados, quanto à preocupação com a segurança pública e com a qualidade de vida da população."

Embora tenha sido registrado acréscimo no número de acidentes, vale ressaltar que a média dos últimos quatro anos, 2003 a 2006, de acidentes por 10.000 veículos da frota é de 27,2. Em 2007, foram registrados 24,79 acidentes por 10.000 veículos, perfazendo uma redução de 8,86%, portanto, não seria razoável considerar números absolutos para avaliar o desempenho do órgão. Esse fato, motivou a mudança da metodologia de aferição para o PPA 2008-2011. Entretanto, reforça-se a observação acima registrada, de que é necessário dotar o Departamento de Polícia Rodoviária Federal dos meios necessários para fazer frente às demandas que o novo cenário econômico tem apresentado.

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas, ao contrabando e descaminho, aos crimes ambienteis e, principalmente, aos crimes contra a dignidade da pessoa, como trabalho análogo ao escravo, violência sexual contra crianças e adolescentes e tráfico de seres humanos.

Destaca-se que a unidade foi a 19ª em números absolutos de acidentes a nível nacional e a 6ª da Região Nordeste, embora possua a 6ª malha rodoviária em extensão do país, com um índice de 5,07 acidentes por dia e 01 acidente diário a cada 671 quilômetros. Ademais, a Superintendência possui uma das menores proporcionalidades entre número de policiais e malha viária, o que reforça a tese afirmativa de que a eficácia foi atingida.

5.1.2. Taxas de variação de resultados de combate à criminalidade

O indicador não está contemplado no programa, mas demonstra a efetividade, a eficiência e a eficácia das ações de prevençao e combate à criminalidade nas rodovias e em missões especiais, mediante a taxa de variação anual negativa das ocorrências adversas e taxa de variação anual positiva das ocorrências favoráveis em relação ao exercício de 2006. A fórmula de cálculo resume-se na verificação da taxa percentual, cuja responsabilidade de aferir é da Seção de Policiamento e Fiscalização.

Apreensões de drogas

Drogas	Unidade	2006	2007	Taxa - %
Cocaína	Kg	30,040	16,270	- 45,80
Maconha	Kg	80,400	1.378,470	1.615,51
Destruição de pés de maconha	Un	0	164.300	100
Merla	g	400	500	25
Haxixe	Un	0	1	100
Lança perfume	Un	0	1	100
Outras	Un	0	2.056	100
Diversas	g	0	200	100
Total de ocorrências	Un	13	20	53,84

Verifica-se um incremento significativo nas ocorrências de apreensões de drogas, com destaque para maconha prensada que apresentou uma elevada taxa de 1.615,51%. Houve uma diminuição relativa à cocaína, que foi suplantada pelos resultados expressivos quando se avalia o conjunto das apreensões.

Apreensões de contrabando

Mercadorias	Unidade	2006	2007	Taxa - %
CD/VHS/DVD	Un	30.720	7.465	- 75,69
Cigarro	Pacotes	1.247	384	- 69,20
Equipamentos de informática	Un	0	709	100
Equipamentos eletrônicos	Un	0	96.492	100
Medicamentos	Un	93	32.442	34.783,87
Outras	Un	22.525	8.800	- 60,93
Diversas	g	0	50.620	100
Total de ocorrências	Un	13	18	38

Embora as apreensões de cigarros e CD/DVD/VHS tenham diminuído no exercício em exame, a taxa percentual média suplantou as negativas, com destaque para medicamentos e equipamentos eletrônicos.

Apreensões de armas e munições

Tipos de armas e munições	2006	2007	Taxa - %
Revólver	34	31	-
Pistola	9	08	-
Espingarda	14	26	-
Fabricação caseira	2	9	-
Total de armas de fogo	59	74	25,42
Total de ocorrências	49	47	-
Munição calibre 22/32	75	26	-
Munição calibre 38	1.649	105	-
Munição calibre 380	43	30	-
Outras munições	153	61	-
Total de munições	1.920	222	- 88,43
Total de ocorrências	36	36	0

Mesmo com a proibição de portar armas, a Instituição esteve vigilante para não permitir o porte ilegal, que resultou em acréscimo de apreensões de 25,42% em relação a 2006 e assim contribuir de forma substancial para a diminuição da violência.

Apreensões relacionadas ao meio ambiente

Produtos	Unidade	2006	2007	Taxa - %
Animais silvestres	Un	71	7	- 90,01
Carvão vegetal	m3	4.171	3.209	- 23,06
Madeira	m3	1.053	34.080	3.136,46
Pescados	Kg	30	7.000	23.233,33
Outros	Un	600	9.417	1.469,50
Total de ocorrências	Un	119	135	13,44

Merecem destaque e refletem o compromisso institucional para com a sociedade brasileira na garantia da qualidade de vida através das ações que visam à preservação dos recursos naturais, como pode ser percebido nas expressivas apreensões de madeira, realizadas no cotidiano da atividade de fiscalização nas rodovias e em operações com órgãos responsáveis pela proteção e defesa do meio ambiente e da soberania nacional.

- **Atuações em defesa de crianças e adolescentes**

Ocorrências	2006	2007	Taxa - %
Crianças e adolescentes vítimas de crimes	3	3	0
Total de ocorrências	0	2	100
Pessoas detidas por crimes contra menores	1	5	400
Adolescente apreendido	6	10	66,67
Total de ocorrências de infração de menores	4	6	50
Pessoas envolvidas	4	11	63,67
Pessoas detidas	6	10	66,67

Outros crimes combatidos

Ocorrências	2006	2007	Taxa - %
Falsificação de documentos	23	39	69,56
Saque à carga	4	1	- 75
Trabalhador libertado	50	150	200
Veículos recuperados	58	54	- 6,89
Crimes diversos	57	65	14,03
Crimes de trânsito	19	46	142,10
Total de ocorrências	253	224	- 11,46

Agindo em cumprimento aos programas governamentais de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil e do trabalho análogo ao escravo a Superintendência desenvolveu ações específicas, inclusive de capacitação de Policiais Rodoviários Federais, e participou de operações em conjunto com a Superintendência Regional de Trabalho e Emprego, mediante termo de cooperação técnica. As ações redundaram no incremento de 200% da retirada de trabalhadores em condições de servidão, atentatória aos direitos mais sublimes da pessoa, relativos ao respeito e à dignidade. Quanto à proteção ao menor, as ações foram dificultadas em virtude do não atendimento da necessidade de interação de vários órgãos e entidades que atuam na problemática, como Conselhos Tutelares, Ministério Público e Judiciário, considerando que a maior incidência de estabelecimentos vulneráveis a práticas delituosas e que colocam os menores em situação de risco estão localizados no interior do Estado.

Detenção de pessoas

Crimes praticados	2006	2007	Taxa - %
Assaltos a cargas	12	6	- 50
Assaltos a ônibus	12	3	- 75
Estrangeiros sem visto	0	2	100
Mandados de prisão	37	51	14
Roubo e furto de veículos	26	32	23,07
Tráfico de entorpecentes	13	17	30.76
Contrabando e descaminho	31	24	- 22,58
Trânsito	34	69	102,94
Ambientais	67	130	94
Outros	220	243	10,45
Total	452	577	27,65

Verifica-se taxa expressiva de detenções referentes a crimes de trânsito, refletindo que a Instituição está em permanente vigília para retirar de circulação os infratores contumazes que colocam em risco a vida das pessoas. Percebe-se, também, uma atuação tenaz em relação aos crimes contra o meio ambiente natural e em todas as modalidades de delitos que trazem insegurança para as pessoas.

Crimes diversos praticados

Crimes praticados	2006	2007	Taxa - %
Assaltos a ônibus	88	11	- 87,50
Assaltos a veículos de carga	18	13	- 27,77
Assaltos a táxi	0	1	100
Assaltos a veículos particulares	11	13	18,18
Crimes contra a vida e o patrimônio	3	9	200

Um dos resultados mais expressivos no exercício foi a redução drástica de assaltos a ônibus, quando milhares de pessoas deixaram de passar por momentos de horror e submissão às práticas de meliantes. O resultado foi alcançado a partir de gestões junto ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, que melhorou as condições de tráfego nos trechos de maior incidência, e das ações preventivas realizadas isoladamente e em conjunto com as demais forças policiais que atuam no Estado.

5.2. Desempenho referente às ações do Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

O desempenho das ações do programa é avaliado pelo indicador Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, que mede a percentagem relativa à estrutura física das unidades, à Tecnologia da Informação e à disponibilidade de viaturas adequadas. Não há comparativo, tendo em vista que no ano de 2006 não houve cálculo do coeficiente.

O indicador avalia a eficácia das ações institucionais e são de responsabilidade da Seção Administrativa e Financeira, que mensura o resultado a partir da seguinte fórmula de cálculo:

Iadq=(Unidades Adequadas / Total de Unidades)x100

5.2.1. Análise crítica dos resultados alcançados

5.2.1.1. Metas Físicas: 75,07% dos postos são considerados adequados

- **Coeficiente de adequação das instalações físicas**

% de postos adequados fisicamente.....80,77 %
% de postos adequados quanto à Tecnologia da Informação.....71,79 %
% de postos adequados quanto a Viaturas.....72,65 %

Icaif=(80,77%+71,79%+72,65 %)/3= 75,07%

Constata-se um desempenho regular, considerando que a indisponibilidade orçamentária destacou-se como fator impeditivo para o alcance de um índice mais elevado de adequação física das unidades operacionais. No exercício de 2007 a Lei Orçamentária Anual destinou R$ 2.000.000,00 para as ações de reforma e de construção de unidades. Em 2006, a dotação inicial destas ações era em torno de R$ 7.000.000,00. No Maranhão, as transferências realizadas foram de R$ 21.329,01 e de R$ 15.000,00, respectivamente, para aditar contrato de reforma e para serviços cobertura, ambas no prédio-sede da Superintendência.

Quanto aos fatores relativos à adequação dos postos à tecnologia da informação tiveram, também, nas restrições orçamentárias o principal motivo que

dificultaram avanços mais expressivos. Ressalte-se que as restrições no ano de 2007 determinaram um orçamento quatro vezes menor que o valor disponibilizado para a ação em 2006.

O questionário que avalia a adequação dos postos, para se calcular o coeficiente de adequação, está em fase de aprimoramento, a fim de que seja padronizado os conceitos de todos os avaliadores, sobre o que é considerado um posto adequado na Polícia Rodoviária Federal, pois o critério adotado é empírico, dependendo do ponto de vista de cada avaliador, o que pode gerar distorções no resultado geral deste coeficiente.

Evidencia-se que as unidades operacionais necessitam de melhor adequação para proporcionar aos servidores condições para o desenvolvimento das atividades laborais e para atender satisfatoriamente ao público em geral, que diariamente necessita de apoio institucional. Os postos precisam ser dotados de instalações privativas para policiais do sexo feminino e para receber portadores de necessidades especiais. Outra demanda refere-se à instalação de locais apropriados para guarda de veículos removidos, para assim a Instituição garantir que os bens sob sua custódia estarão protegidos e voltarão intactos aos seus proprietários.

5.3. Desempenho referente às ações do Programa 0750 – Apoio Administrativo

O programa não contempla indicadores, entretanto, a execução da despesa, que atingiu o patamar de 93,65% referentes aos recursos descentralizados para a Administração da Unidade, infere que a Superintendência foi eficiente e atingiu as metas a partir do orçamento que lhe foi disponibilizado.

São Luís, 28 de fevereiro de 2008.

Inacio Castro Junior
Superintendente

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica à Unidade Jurisdiciona.

8. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica à Unidade Jurisdiciona.

9. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

ANEXO A
DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

Não houve.

ANEXO B

DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES

Não houve.

ANEXO C
DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Tabela 1 – Cartão de crédito coorporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

2005	2006	2007
Não houve	**Não houve**	**R$ 4.169,72**

Tabela 2 – Cartão de crédito coorporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor – R$
PCSF nº 007/2007	Despesa com aquisição de materias para utilização imediata	José Marcos Ramos de Matos	923,22
PCSF nº 008/2007	Despesas com recarga de cartuchos e tonner em caráter emergencial e materias de pronto atendimento.	José Marcos Ramos de Matos	2.054,40
PCSF nº 009/2007	Despesas para atender ao curso de APH	Ismael Pereira Gomes	1.192,10
Total			**4.169,72**

Tabela 3– Cartão de crédito coorporativo: série histórica dos saques efetuados

2005	2006	2007
R$ 4.235,00	**R$ 15.900,00**	**R$ 10.551,00**

Tabela 4 – Cartão de crédito coorporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor – R$
PCSF nº 002/2007	Despesas efetuadas para a realização de Leilão de viaturas	José Marcos Ramos de Matos	3.050,00
PCSF nº 003/2007	Despesas efetuadas para a realização do Leilão de viaturas e instalação de substação Cemar em caráter emergencial.	Ricardo Vianna da Silva	3.500,00
PCSF nº 004/2007	Despesas para atender necessidades de pronto pagamento	José Marcos Ramos de matos	1.000,00
PCSF Nº 005/2007	Despesas com manutenção de viaturas durante Jogos Panamericanos/RJ	Ricardo André Mendes da Silva	229,90
PCSF nº 006/2007	Despesas com manutenção de viaturas durante jogos Panamericanos/RJ	Júlio Cesar Moreira Henriques	280,10
PCSF Nº 007/2007	Despesas com reparos imediatos nos prédios da sede desta UG	José Marcos Ramos de Matos	2.500,00
Total			**10.551,00**

ANEXO D
RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

1. Tribunal de Contas da União

Não houve

2. Sistema de controle interno

2.1. Utilizar a rede credenciada para as compras com o Cartão de Pagamento do Governo Federal/CPGF. Nas excepcionalidades, justificar as razões da execução da despesa, por meio de saque com o Cartão de Pagamento do Governo Federal/CPGF. Preencher a Proposta de Concessão de Suprimento de Fundos - PCSF - em consonância com o despacho do Superintendente do Órgão.

Providências implementadas:

Os cartões já estão sendo utilizados na operação crédito, destacando-se que os supridos passaram por treinamento. A operação está comprovada nas faturas, com o devido pagamento. Na impossibilidade de execução na forma de crédito foram efetuados saques para despesas com serviços emergenciais, com os devidos recibos. As propostas de concessão de suprimento de fundos estão sendo elaboradas conforme despachos do Superintendente e em cumprimento às normas vigentes.

2.2. Apurar responsabilidades pela intempestividade do recolhimento dos valores não aplicados, especificamente quanto aos Processos de números: 08665.000929/2005-40; 08665.001360/2005-30; 08665.001422/2005-11 e 08665.001067/2005-72, referentes à concessão de suprimentos de fundos.

Providências implementadas:

Os referidos processos e estão sendo regularizados junto ao Núcleo de Orçamento e Finanças e serão remetidos à Corregedoria Regional, para investigação de responsabilidade disciplinar.

2.3**.** Ultimar os procedimentos de regularização das situações indicadas nas alíneas "b", "c" e "d" constante do item nº 6.1.1.1 do relatório de auditoria da gestão/2005 nº 174533, relativamente aos bens não localizados (alínea "a" do item 6.1.1.1 do relatório de auditoria da gestão/2005 nº 174533), adotar procedimento com vista à localização dos referidos bens e, se for o caso, apurar a responsabilidade pelo desaparecimento.

Providências implementadas:

Foi instituída a Comissão de Ressarcimento de Bens Móveis, referente ao ano de dois mil e sete, pela portaria nº 149, de 08 de agosto de 2007, assinada pelo Superintendente da 18ª SRPRF/MA. Após revisões e análises de todos os relatórios apresentados até aquela data e a realização de nova conferência dos bens, foram notificados os servidores responsáveis, dando-lhes um prazo de dez dias para que apresentassem os bens ou se manifestassem a respeito da localização dos mesmos. Com relação aos bens não localizados a comissão está procedendo à avaliação financeira dos mesmos, e foi informado ao servidor o valor a ser pago pelo bem patrimonial.

2.4. Adotar rígidos controles de utilização de veículos, com indicação expressa da natureza da saída, com hora de saída e chegada, quilometragem percorrida e abastecimento.

Providências implementadas:

Os controles de saída e entrada de viaturas desta Unidade estão sendo rigorosamente controlados através de formulários tipo: controle de saída de veículos, constando natureza da saída, hora de chegada e saída, motorista e acompanhantes, a serviço de seção/núcleo; check list de saída e retorno, inclusive quando o veículo sai e chega da oficina; parte diária de viaturas com cobrança de responsabilidades quanto a inconsistências de abastecimentos e controle de quilometragem. A fiscalização e o monitoramento são feitos, inicialmente, pela Portaria que repassa as anotações e as ocorrências à Chefe da SAF, para as providências cabíveis. A Instituição está desenvolvendo o Sistema RODOFROTA, que será implementado a nível nacional para o controle da frota de viaturas, abastecimento e manutenção.

2.5. Implementar mecanismo de atualização, no SIAPE, de tempo de serviço dos servidores da sua Unidade sempre que houver averbação de tempo, bem como, na concessão de benefícios os quais dependam diretamente do tempo de serviço público, como é o caso da pensão, aposentadoria, abono de permanência, reconhecimento de adicional por tempo de serviço, entre outros.

Efetuar levantamento dos servidores aos quais foram concedidos abono de permanência, com o fito de verificar e atualizar seus respectivos tempos de serviço no SIAPE.

Regularizar, no SIAPE, o tempo de serviço dos servidores de matrícula de números 0166601, 0166642, 155822, 0166690 e 0166698.

Providências implementadas:

Os mecanismos foram implementados com a edição de portarias para todos os atos de averbação de tempo de serviço, e ainda para aqueles que dependem diretamente do referido tempo. Foi estabelecida rotina de atualização no SIAPE, nas ocorrências dos fatos.

Relativa a abonos de permanência foram atualizados no SIAPE, assim como, foram regularizados os tempos de serviço dos servidores de matrícula: 0166601, 0166642, 0155822, 0166690, 0166698.

2.6. Realizar levantamento de todos os servidores que estejam recebendo o benefício de abono de permanência, com vistas à localização e à adequada guarda de todos os processos concessórios.

Providências implementadas:

Foram localizados todos os processos e guardados adequadamente.

2.7. Instruir processo administrativo de concessão dos benefícios sob análise, a fim de convalidar os atos praticados sem a cobertura de documentação comprobatória à época.

Providências implementadas:

Foram abertos para regularização os processos de números:

08.665.001.714/2007-16, 08.665.001.664/2007-69, 08.665.001.666/2007-58, 08.665.001.657/2007-67, 08.665.001.655/2007-78, 08.665.001.660/2007-81, 08.665.001.656/2007-12, 08.665.001.650/2007-45, 08.665.001.770/2007-42, 08.665.001.662/2007-70, 08.665.001.768/2007-73, 08.665.001.769-18, 08.665.001.654-23, 08.665.001.649/2007-11, 08.665.001.665/2007-11, 08.665.001.651/2007-90,08.665.001.652/2007-34, 08.665.001.653/2007-89, 08.665.001.659/2007-56, 08.665.001.658/2007-10.

2.8. Determinar o ressarcimento dos valores pagos a maior, em razão de concessão de diárias sem os descontos dos auxílios transporte e alimentação.

Providências implementadas:

Foram providenciados levantamentos de valores a serem devolvidos, geradas GRUs correspondentes para o ressarcimento e efetuados os devidos pagamentos pelos servidores apontados.

2.9. Instruir os processos de pensão com toda a documentação que lhes sejam pertinentes; efetuar o cadastramento dos atos concessórios de pensão no SISAC e localizar os processos de pensão não disponibilizados nesta auditoria.

Providências implementadas:

As concessões foram instruídas em processo. Quanto ao cadastramento no SISAC, o procedimento é realizado na Coordenação Geral de Recursos Humanos do DPRF/MJ, e as pendências existentes estão sendo regularizadas. Alguns processos de pensão estavam localizados naquela Unidade.

2.10. Fazer constar, nos autos dos processos das reformas realizados no período, os respectivos termos de recebimento provisório e definitivo dos contratos nºs 05/2005, 06/2005, 07/2005 e 09/2006.

Providências implementadas:

Foram regularmente anexados aos autos os referidos Termos de Recebimentos Provisórios e Definitivos.

2.11. Na elaboração do relatório de gestão e na organização e entrega do processo de tomada de contas, o gestor deve orientar-se pelas normas específicas emitidas pelo TCU e pelo órgão de controle interno.

Utilizar parâmetros consistentes e transparentes para as informações gerenciais disponibilizadas no relatório.

Providências a serem Implementadas:

De acordo com a recomendação, esta Unidade Regional estará atenta e comprometida à obediência às Normas específicas do TCU e do Controle Interno, no dever de elaborar com regularidade o processo de Tomada de Contas.

ANEXO E
DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO

Não houve.